

## JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS CONCLUSÕES DO X CONGRESSO



**Considerando** a importância política do X Congresso do PCP e das suas conclusões e propostas para a solução dos problemas dos trabalhadores, do povo e do País e para a defesa do Portugal de Abril,

**O X Congresso do PCP** com o objectivo de levar ao conhecimento do povo português as análises e as propostas do PCP sobre os problemas nacionais, e de impulsionar a mobilização para a luta por uma alternativa democrática,

Recomenda a realização nos próximos dias 14 e 15 de Janeiro, em todo o País, de uma grande **Jornada Nacional** de esclarecimento e de divulgação das Resoluções do Congresso.

Aprovado por unanimidade e aclamação no X Congresso do PCP - Porto, 15 a 18 de Dezembro de 1983

### PCP NA TRIBUNA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# «Entrámos no novo ano mas para o Governo a velha vida continua»

Pág. 3



Profundamente implantadas e apoiadas pelo Povo, as Forças Armadas angolanas enfrentam a agressão racista

## FAPLAs enfrentam agressão sul-africana

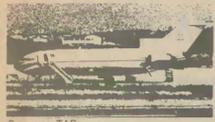
Governo Soares-Mota Pinto prossegue escandaloso apoio aos agressores

Pág. 8

\*\*\*\*\* Suplemento \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* SALÁRIOS EM ATRASO \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* O NATAL PS/PPD \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

# SEMANA

28  
Quarta-feira



A greve de 24 horas do pessoal de terra da TAP contra os acordos de privilégio paralisa mais de metade das partidas e chegadas de voos da companhia aérea nacional e afecta os voos de transportadoras estrangeiras. Trabalhadores da Gelmar e seus órgãos representativos impedem que funcionários do Tribunal Civil da Comarca de Lisboa selem a empresa em cumprimento de uma penhora por alegada dívida a uma empresa japonesa. Trabalhadores da Quimigal, do grupo Entrepote e das cantinas, refeitórios e fábricas de comida prosseguem a luta em defesa dos seus postos de trabalho e pelo pagamento dos salários. Não decorrer de uma ofensiva contra os bandos armados que actuam no país com o apoio da África do Sul as Forças Armadas de Moçambique infligiram pesadas baixas aos bandedeiros. O Soviete Supremo da União Soviética manteve inalterável o orçamento dos gastos militares para 1984. O governo argentino proibe a saída do país dos generais relacionados com casos de presos políticos desaparecidos.

29  
Quinta-feira

O Conselho de Ministros decide liberalizar o comércio dos cereais, retirando o exclusivo da comercialização do trigo à EPAC, e aumentar os respectivos preços; no decorrer da mesma reunião o Governo resolve manter a agência Anop a «concorrer» com a NP mas não desiste de tentar despedir metade dos seus trabalhadores. O anteprojecto de Lei de Imprensa da autoria do ministro Almeida Santos foi considerado «inacreditável», até como base de trabalho, pelo Conselho de Imprensa. O PCP considera que a política económica e financeira prosseguida em Portugal no ano de 1983 se traduziu «na continuidade da política de AD, uma política de desastre ao serviço do grande capital». Trabalhadores da Quimigal entram em plebiscito permanente nas instalações da sede da empresa para exigir que a administração garantias de que os salários de Dezembro serão pagos. A aviação sul-africana bombardeia uma área nas proximidades da cidade de Lubango, no sul de Angola, provocando mortos e feridos entre a população civil. Segundo os resultados de uma sondagem publicada num jornal israelita a maioria dos cidadãos está actualmente contra a política de implantação de colonatos nos territórios árabes ocupados. As forças armadas sandinistas desmantelam um grupo terrorista que se havia infiltrado no território.

30  
Sexta-feira

Com os salários em atraso há cinco meses, os trabalhadores da MDF concentram-se em Lisboa junto ao edifício da administração. Em resultado das decisões tomadas em Conselho de Ministros tudo aponta para novos aumentos nos preços dos transportes colectivos e dos combustíveis. Os ORT's da Anop repudiam a decisão do Governo relativa à agência considerando que é mais um expediente para a tentar extinguir por meios diferentes daqueles que têm sido até aqui utilizados. Segundo círculos políticos em Bruxelas o governo belga deverá adiar a decisão sobre a eventual instalação de mísseis no seu território. As forças racistas sul-africanas aumentam o número dos seus efectivos em território angolano. A taxa de inflação no Brasil atingiu em 1983 o recorde de 211 por cento e a moeda sofreu no mesmo período 54 desvalorizações em relação ao dólar.

31  
Sábado

Os partidos que compõem a coligação governamental preparam uma cimeira onde, entre outras, deverá ser discutida a questão do aborto. Mário Soares considera como o facto mais importante de 1983 a formação da coligação PS/PSD chegam a Lisboa 20 antigos presos da União, que este bando obrigou a renunciar à nacionalidade angolana. Um golpe militar derruba o regime do presidente nigeriano Shehu Shagari. Os primeiros Pershing-2 e mísseis de cruzeiro instalados na RFA e em Inglaterra já se encontram operacionais segundo revelaram os ministérios da Defesa daqueles países. Milhares de libaneses reafirmaram no sul do Líbano a sua determinação em prosseguir a luta até à libertação total do território ocupado pelos invasores israelitas. A guerrilha salvadoreña ocupa um dos quartéis mais importantes na cidade El Paraíso, situada a 60 quilómetros a Norte da capital.

1  
Domingo



O Presidente da República justificou com o «espírito de Abril» a sua passagem de ano com trabalhadores de empresas de laboração contínua. Gráficos acusam o anteprojecto de Almeida Santos sobre a Lei de Imprensa de pretender amoldar Portugal. A CGTP-IP considera que o projecto de decreto-lei sobre a regulamentação do regime de aprendizagem, actualmente em discussão pública, «abre as portas à exploração ilegítima da mão-de-obra juvenil». O governo angolano protestou junto das entidades oficiais portuguesas contra a deslocação ao sul de Angola de uma equipa da RTP para efectuar uma «reportagem» sobre o grupo fantoche Unita. A polícia francesa evacuou a fábrica de automóveis Talbot ocupada por operários ameaçados de despedimento. A Unesco lamentou a decisão dos Estados Unidos de se retirarem daquela organização.

2  
Segunda-feira



Na opinião da CGTP-IP, elaborada na base de um estudo recentemente efectuado, os trabalhadores qualificados e quadros técnicos constituem uma das camadas mais atingidas pela política fiscal do Governo. Agricultores do distrito de Lisboa consideram que a aplicação da taxa sobre o vinho virá agravar a já de si difícil situação dos vinicultores. Baixas temperaturas e um denso nevoeiro estiveram presentes um pouco por todo o País. Trabalhadores da TELVI iniciam com uma adesão de 100 por cento um período de três dias de greve. Através do gasoduto euro-siberiano começou a chegar a França gás natural proveniente da União Soviética. Um atentado terrorista provoca a morte de dois polícias nos arredores de Madrid. O governo da RFA condenou os ataques sul-africanos contra a República Popular de Angola.

3  
Terça-feira

Segundo o «líder» parlamentar do PSD, F. Condoso, na questão do aborto a única alternativa que tem o PS é adiar por bastante meses a discussão na AR do projecto agendado para os dias 25 e 26. Estre as 12 horas da última sexta-feira e a mesma hora de hoje, terça-feira, a Operação Ano Novo, montada pela BT da GNR, regista 20 mortos e 191 feridos nas estradas do País. Face à revolta popular que rapidamente se estendeu a várias regiões, incluindo a capital, Tunis, o governo de H. Bourguiba decreta o estado de emergência e o recolher obrigatório em todo o país. Nas origens da revolta, iniciada no sul, estão os protestos contra a decisão governamental de aumentar o preço do pão e das farinhas, base da alimentação na Tunísia.

## Editorial

# 1984 – UM ANO DECISIVO

O ano de 84 deu já os primeiros passos. Ano novo, vida nova — diz um velho aforismo popular.

Popular, mas não imune à demagogia barata do antipopular e moderno «professor de Coimbra», ocupante actual do cargo de vice-Primeiro-Ministro, que não desdenha usá-lo para fins caseiros.

O «ano novo» já o temos pelo simples rolar do tempo, pela convencional mudança do calendário. Quanto à «vida nova» não a temos ainda, mas está, sem margem de dúvidas e em prazo não dilatado, ao alcance do Povo português.

Não uma vida nova de mais desemprego, exploração e fome, de retrocesso económico e social como a congeminam para os trabalhadores e o próprio País o vice-Primeiro-Ministro e os seus comparsas da coligação governante capitaneada por Mário Soares, mas aquela a que legítima e profundamente aspiram os portugueses na sua imensa maioria.

A vida a que aspira a imensa maioria do Povo português, de mais liberdade, bem-estar e paz, não será, porém, não poderá ser, uma benesse caída dos céus nem uma dádiva de um governo hostil, divorciado do país real como o de Soares/Mota Pinto mas uma conquista — necessariamente uma conquista democrática das massas populares.

Amassada com o trabalho e as mãos do povo; arrancada com a determinação, a unidade e a intensificação da luta de massas nas mais diversas frentes; concretizada pelo alargamento, a conjugação e a dinamização do movimento operário, popular e democrático nas formas mais variadas — mas necessariamente uma conquista.

A conquista de uma vida nova de mais liberdade, bem-estar e paz não é uma utopia dos comunistas mas uma perspectiva lícita, real, da luta do Povo português.

Dois acontecimentos marcantes dos últimos dias de 1983 demonstram que a confiança na capacidade do nosso povo para fazer de 1984 um ano decisivo na conquista de uma vida melhor tem um sólido fundamento.

Referimo-nos como é óbvio ao X Congresso do PCP realizado no Porto e à vigília popular e nacional de protesto nas vésperas do Natal contra a política social do Governo.

São acontecimentos que se projectam de imediato na actividade geral do Partido e na preparação das grandes jornadas de esclarecimento e luta do mês de Janeiro.

A vida e a luta e a evolução da situação nacional nos últimos dias comprovam não só a justeza das análises e da Resolução Política final do Congresso como das medidas e propostas avançadas para enfrentar a crise e para continuar Abril.

O X Congresso do PCP foi também um acontecimento festivo mas não foi apenas nem fundamentalmente uma festa dos comunistas portugueses. O X Congresso foi um acto profundamente sério e inserido na problemática da vida e da luta do Povo português para a construção de um futuro mais feliz e promissor. Soluções nacionais viáveis para os problemas do País foram trazidas à tribuna por dezenas de congressistas.

O Congresso não foi uma coisa que exigiu um duro trabalho preparatório de meses e parou ali, no belo Palácio de Cristal do Porto, mas um ponto de reflexão e de debate e principalmente um ponto de partida para objectivos muito precisos da luta da classe operária e do povo e da acção dos comunistas.

Aplicar as decisões aprovadas, pôr o Partido a viver a realização prática das resoluções e consignas do Congresso é neste momento a tarefa central dos militantes comunistas em que todo o Partido se empenha com entusiasmo no momento actual.

As grandes como as mais modestas tarefas políticas necessitam agora todo um trabalho esforçado e amplo de adequação à prática, de relação com as condições de actuação do Partido em cada local e sector de actividade, de organização.

A partir do X Congresso todo o trabalho do grande colectivo que é o PCP se virá agora, e se projecta de imediato, para fora, para as massas, para as grandes solicitações imediatas que se colocam à

força mais consequente e dinâmica do movimento operário e democrático português que é o PCP.

E no togo da luta que a discussão e aplicação das decisões do Congresso se vão processar. A situação política nacional, golpeada pela crise, sob a política antipopular da clique governante, deteriora-se dia a dia, exige redobrada atenção dos comunistas e a resposta pronta, adequada no tempo e nas formas, do movimento operário, popular e democrático.

Quando na Resolução Política do nosso X Congresso se aponta como «factor determinante da crise actual a política de recuperação capitalista» e se insere o Governo PS/PSD na 5.ª fase do processo contra-revolucionário e «como única solução partidária para a continuação da política de direita», as novas medidas postas em prática ou já anunciadas pela clique governante aí estão a comprová-lo, a justeza das propostas do PCP assume todo o seu relevo.

A subida do preço dos cereais decretada em simultâneo com a retirada à EPAC do exclusivo do Estado do comércio cerealífero, a liberalização dos preços de certos produtos alimentares, o anúncio de novos aumentos para breve nos combustíveis, agravaram já e vão seguramente agravar mais ainda e de imediato o custo de vida, provocaram já e vão ainda acentuar a queda dos salários reais e do poder de compra dos trabalhadores e um novo agravamento no custo dos factores de produção para os pequenos e médios agricultores, provocar novas falências e ruína de pequenos e médios comerciantes e industriais.

Novos aumentos dos preços ao consumidor, imoral acumulação de lucros pelos grandes intermediários, degradação dos preços ao produtor, redução drástica do movimento de vendas no mercado nacional, são já consequências directas das últimas medidas do Governo.

A clique Soares/Mota Pinto não só deu aos trabalhadores um Natal sombrio com o roubo do 13.º mês, a ampliação do desemprego e da chaga dos salários em atraso, que atinge mais de 140000 trabalhadores, como lhes fez pagar mais caro, com a liberalização de alguns preços em 16 de Dezembro, a dieta diária.

O copo de leite subiu em poucos dias na cidade de Lisboa de 23,3%, sandes de fiambre ou queijo 25%, a simples bica 40%. A gasolina prevê-se que atinja os 100500, o que significa um agravamento de mais de 18%.

O ano fechou com a subida dos preços e da taxa de inflação de mais de 26%, segundo os dados oficiais, mas de 28,3%, segundo os números da OCDE.

O aumento do salário mínimo nacional de 19,9%, que suscitou pela sua exiguidade o protesto unânime dos trabalhadores, representa na prática o cumprimento servil das ordens do FMI, no leonino acordo de Agosto, que estipulavam a baixa dos salários reais dos trabalhadores de 5% em relação à taxa de inflação.

Quando na Resolução Política do X Congresso do PCP se denuncia a «continuação da política de agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares» aí está a confirmação na realidade das novas e brutais medidas decretadas no fim do ano de 83 e começos de 84 pelo Governo Soares/Mota Pinto, aí se comprova a justeza da apreciação política e das previsões do PCP.

A reprivatização do comércio dos cereais com a extinção do exclusivo estatal da EPAC dá realização à escandalosa medida que Vaz Portugal, sob os governos de Mota Pinto e da «AD», não conseguiu fazer passar e se apresentava então como uma escura negociata avaliada em 40000 contos donde emanavam na altura os confessados «fumos de corrupção».

A solução dada pelo Governo ao caso da ANOP — cujos trabalhadores, com a activa solidariedade de todos os profissionais da imprensa desse nome, conseguiram com a sua corajosa luta impedir a completa extinção — significa, porém, na prática, o estrangulamento efectivo e a morte lenta da empresa estatizada em benefício da NP, dominada pelos grandes empresários da imprensa privada da direita.

## PCP

# Saudação do PCP ao Partido Comunista de Cuba

Por ocasião da passagem do 25.º aniversário da Revolução Cubana, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista de Cuba a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Há 25 anos, à escassas centenas de quilómetros do mais poderoso baluarte do imperialismo, os Estados Unidos, triunfou em Cuba uma revolução democrática e popular que, no seu desenvolvimento, conduziria pela primeira vez à construção do socialismo num país do continente americano.

Por motivo desse glorioso aniversário, o Comité Central do Partido Comunista Português saudou fraternal e calorosamente o Comité Central do Partido Comunista de Cuba e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador de Cuba.

De então até hoje a revolução cubana enfrentou com êxito o bloqueio económico, as ameaças, ingerências e agressões imperialistas, lideradas pelos círculos dirigentes dos EUA.

O heroísmo do povo cubano, a coragem e coerência das suas forças revolucionárias de vanguarda, aliados a um poderoso movimento de solidariedade mundial, de que é justo destacar a União Soviética e os países socialistas, sobearam derrotar os diferentes planos imperialistas para liquidar a revolução cubana. Cuba resistiu, lutou e ganhou na arena internacional enorme prestígio.

A revolução cubana constituiu e constitui um enorme estímulo à luta libertadora dos povos de todos os continentes e em especial dos povos da América Latina e Caraíbas.

Com o fim de tentar deter a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, o imperialismo norte-americano e os círculos mais reaccionários da NATO conduzem uma vasta contra-ofensiva militarista e agressiva.

A recente e criminoso invasão e ocupação pelos EUA de Granada, as ingerências e ameaças de agressão militar

directa em toda a América Central, particularmente contra a Nicarágua e Cuba, o apoio às ditaduras fascistas e reaccionárias de El Salvador, Guatemala e Honduras, são expressão dos planos belicistas e hegemónicos dos círculos mais extremistas no poder nos EUA.

O PCP não só tem sistematicamente denunciado e combatido essa política imperialista, como aproveitou a ocasião para, uma vez mais, manifestar a Cuba Socialista, à revolução sandinista em Nicarágua, aos povos de El Salvador, Guatemala, Granada e demais povos da região a sua solidariedade de combate.

O PCP considera necessário para derrotar os sinistros planos imperialistas, reforçar a unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional, assim como reforçar a solidariedade e cooperação entre todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz à escala mundial.

Formulando votos de êxito ao Partido Comunista de Cuba na realização das suas tarefas

As medidas contra a ANOP não estão, aliás, desligadas do verdadeiro atentado à imprensa independente e livre que significa o projecto Almeida Santos que suscitou o repúdio unânime de todos os sectores da imprensa, mesmo dos sectores mais conservadores, e que a maioria governante se prepara para fazer aprovar na Assembleia da República.

A falada entrega a uma empresa privada de uma parte importante da exploração portuária é, em conjunto com os casos EPAC e ANOP, parte integrante da ofensiva de reprivatização das empresas estatizadas e uma extensão, por métodos administrativos e ilegais, da celebrada lei de delimitação dos sectores que abriu à iniciativa privada a banca, os seguros, os cimentos e os adubos.

Quando na Resolução Política do X Congresso se diz que «todos os profundos danos causados à economia nacional pela ofensiva contra as empresas nacionalizadas demonstram por si só que a política de recuperação capitalista e de restauração dos monopólios é um instrumento de verdadeira sabotagem e destruição da economia» os mais recentes actos do Governo confirmam-no largamente.

Portugal pode libertar-se da crise, pode abrir possibilidades de verdadeira recuperação económica e financeira e de bem-estar social, se se libertar com urgência da política antinacional da coligação PS/PSD, se se libertar do próprio Governo que a leva à prática.

As resoluções do X Congresso do PCP representam uma contribuição de importância capital para abrir caminho à solução da crise e dar expressão concreta a uma verdadeira alternativa democrática ao Governo actual e à sua política contra o povo e o País.

Quando nas condições actuais o X Congresso preconiza como alternativa ao Governo PS/PSD a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional, parte de uma análise realista da correlação de forças políticas e sociais a qual acusa sensíveis deslocamentos a favor de uma alternativa democrática.

Numerosos indícios mostram a redução da base social, política e eleitoral da coligação governante, no seu seio multiplicam-se as divergências e dissenções, casos de corrupção se detectam nas próprias esferas do Governo no próprio momento em que é nomeada uma Alta Autoridade. Visivelmente, a coligação entrou na rampa de saída.

A partilha das grandes postas, dos altos empregos choradamente pagos, assume foros de autêntico escândalo.

O «pataca a ti pataca a mim» entre os parceiros da coligação, na repartição dos cargos de gestores, ofende a própria moralidade pública.

Os defensores abertos ou acobertados da clique governante e das suas negociações procuram instilar a ideia de que a proposta de um Governo Democrático de Salvação Nacional formulada pelo X Congresso do PCP é inconstitucional e atentatória da legalidade democrática.

Não só a realidade da situação nacional nos últimos 8 anos desmentem tal assertão como a própria Constituição, mesmo após a revisão antidemocrática de 1982, a prescreve.

A coligação PS/PSD alapa-se no Poder e compreende-se, pela escandalosa repartição das postas entre os dois partidos, porque joga todos os trunfos e argumentos para fugir à sua inevitável derrocada.

Queiram as forças democráticas e patrióticas utilizar as inequívocas disposições institucionais, e a clique governante tem os seus dias contados.

O processo de luta por uma alternativa democrática tem a sua base institucional na Constituição e a sua grande força impulsora no movimento popular de massas.

As grandes jornadas de luta convocadas pelo movimento sindical unitário para 26, 27 e 28 de Janeiro terão uma enorme importância para apressar as grandes e imperiosas soluções políticas que o País necessita e o povo exige.

O X Congresso do PCP aprofundou as condições para essa alternativa, a campanha nacional de esclarecimento das decisões do X Congresso que o PCP vai realizar nos dias 15 e 16 abrirá à compreensão das massas as propostas formuladas. Novos passos para uma necessária mudança política estão na perspectiva.

revista internacional  
problemas da paz e do socialismo  
a venda  
revista dos partidos comunistas e operários  
um mundo de informação

Avante!  
Proletários de todos os países UNI-VOS!  
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722  
DISTRIBUIÇÃO: C.Z.L. Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779628 779825 769751  
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238  
Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361  
Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417  
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 769345  
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

à VENDA  
O Militante  
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES  
X CONGRESSO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES  
COM O PCP CONTINUAR ABRIL  
VIVA O X CONGRESSO  
O Comité Central do Partido Comunista Português

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 693908 699615  
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 29394  
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 766402  
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044  
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 77626 776750  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067  
Composto e impresso na Heskla Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora  
Deposito legal n.º 205 82  
Tiragem do mês de Novembro: 49 688

Assembleia da República

«Entrámos no novo ano mas para o Governo a velha vida continua»

Terça-feira, dia 3 de Janeiro. Quase meia hora depois de a campanha tocar, as bancadas continuam ralas. Mas o Presidente dá por abertos os trabalhos desta primeira reunião da Assembleia da República no ano de 1984 e manda abrir as galerias onde também pouca gente toma lugar. O Presidente discursa. De modo inédito pronuncia um longo discurso que, além dos votos tradicionais de um feliz ano para todos, dá um recado. Um recado em que transpira o apoio à política do Governo, a submissão aos desígnios da maioria agora congregada à volta do PS e do PSD. E algumas críticas. Estes partidos, porém, não tomam a palavra no período de antes da Ordem do Dia. Como se o discurso de Tito Moraes fosse o bastante para dar o tom. Só a oposição — referimo-nos sobretudo ao discurso de Carlos Brito, do PCP, mas também à intervenção de César de Oliveira, da UEDS, que dispensou críticas à política de «defesa» do Governo —, só a oposição, apesar de desejar também um bom ano aos portugueses, foi dizendo que, a continuar esta política, 1984 não ia ser tão bom como isso.

Tito Moraes fez questão de fazer um balanço dos seis meses de actividade parlamentar desta legislatura. Afirmou que a actividade da Câmara foi «extremamente fecunda». Depois de nomear as visitas que a AR recebeu de figuras internacionais e do corpo diplomático, de se referir à representação que a Assembleia teve em diversas manifestações de carácter cultural, de lamentar que as instalações ainda não sejam o que o trabalho e conforto dos deputados exigem, e de agradecer, neste capítulo, ao ministro do Trabalho, pela promessa, para daqui a alguns meses, de um «pequeno anexo» onde alguns serviços poderão ser instalados... o presidente da Assembleia da República entrou na questão dos problemas nacionais que a AR tem resolvido.

O «equilíbrio»

«A actividade parlamentar nestes seis meses foi extremamente fecunda», afirmou. «Todos vós sabeis, senhoras e senhores deputados, qual foi o empenhamento da Câmara em busca de soluções para os problemas nacionais». Os deputados sabiam-no. Por isso não admirou aos «observadores» as exclamações e sorrisos da oposição que sublinharam a tirada do presidente. Que continuou: «Desde a aprovação do Programa do Governo até à aprovação do Orçamento do Estado, os trabalhos desta Assembleia têm-se processado no sentido de conceder ao Governo os meios que ele solicitou para empreender a tarefa de recuperação da economia nacional, a que se comprometeu». Não se poderia esperar me-

lhor de um deputado da maioria. Mas não era como tal que o presidente da Assembleia falou. E o facto de lembrar a «participação crítica da oposição e o voto favorável da maioria» não o distanciava da simpatia manifestada a medidas antipopulares, criticadas não apenas pela oposição no Parlamento como em todo o País por muitos milhares de cidadãos que, tendo votado embora nos partidos da actual maioria, pensam que esta os engana e trabalha em S. Bento contra os seus interesses e os da economia nacional.

«A filosofia adjacente à política adoptada», disse Tito Moraes, «pós a tónica principal na redução do consumo e dela resultaram — como consequências — como consequências — dificuldades e sacrifícios para a população, aceites na esperança de que melhores dias virão»...

Como se não confiasse muito nesta esperança e como também quisesse fazer passar no discurso uma voz mais pessoal que um recado, continuou: «Esta esperança não pode ser frustrada e para que não o seja, compete à Câmara, como órgão legislativo por excelência, tomar a iniciativa, em contacto com o Executivo, de legislar de forma a que, agora, a tónica fundamental assente no desenvolvimento dos nossos próprios recursos. Esta política, continuação lógica da anterior, deverá, em meu entender, atacar alguns dos problemas fundamentais da nossa sociedade que se podem resumir a dois: o aproveitamento racional e integral da mão-de-obra disponível, acabando com a chaga do desemprego e a repartição mais equitativa dos encargos que incidem sobre a população, aos quais se não podem

subtrair os que mais possuem».

Outra crítica, algo velada: «Esta política tem de passar por uma reforma efectiva das estruturas sociais, económicas e financeiras, que deverá obedecer aos preceitos constitucionais de que as actuais se encontram afastadas, e a esta Câmara compete o essencial deste trabalho».

Críticas também ao trabalho das «comissões de inquérito». Alusões à necessidade da defesa da Constituição. Mas, no final, um agradecimento inédito à «visita inédita de cumprimentos de fim-de-ano» feita pelo Primeiro e pelo vice-Primeiro-Ministros.

No fim, palmas de pouco calor. E o silêncio reservado do PCP.

O PCP e a iniciativa

César de Oliveira, da UEDS, foi o primeiro deputado a intervir no período de antes da Ordem do Dia. Sobre a política de defesa. Para criticar abertamente o ministro Mota Pinto de não ter produzido, afinal, legislação que se visse em matéria militar. Quem ovisse o discurso, poderia comentar: «Ainda bem que Mota Pinto não fez nada ou pouco fez.» Ou: «Se não fez mais foi porque não teve a força suficiente para tal.»

Com efeito, acusando o vice-Primeiro de não ter tomado mais medidas — mesmo as anunciadas ou prometidas, mesmo as que ultrapassaram os prazos, César de Oliveira pareceu esquecer de que lado está Mota Pinto. E parece esquecer que, se Mota Pinto mais não fez do que tentar exonerar ou nomear chefias militares, do que «passar revista a algumas tropas», do que assistir a algumas reuniões, remetendo-se a ser «apenas um utente apagado dos sinais exteriores, e de resto secundaríssimos, de controlo do militar pelo político», os demócratas se devem, de certo modo, congratular. Todas as medidas positivas cuja ausência o deputado da UEDS notou, Mota Pinto não as tomara. Mas as negativas, certamente que sim. Se para tal se sentisse com força bastante...

Se após a intervenção de César de Oliveira não houve pedidos de esclarecimento ou protestos, eles não faltaram depois de Carlos Brito ter proferido o discurso que hoje publicamos. Protestos sempre ao

lado das questões levantadas, como fez notar o presidente do grupo parlamentar comunista. Ao essencial do discurso não foram os deputados do PS — Barral e Barreiros — e do PSD — José Vitorino. A intervenção de Carlos Brito, para além de focar a situação política nacional, de falar das alternativas políticas avançadas pelo PCP durante o X Congresso, sublinhou, no final, uma série de iniciativas que o grupo parlamentar vai implementar. De novo a iniciativa nas mãos dos comunistas.

Uma delas, e para já, foi a anunciada pela apresentação do projecto de lei à Assembleia da República sobre o subsídio de desemprego a conceder aos jovens candidatos ao primeiro emprego, que Jorge Patrício levou à tribuna e a que nos referimos noutra local.

A Ordem e as ordens

O prato forte da reunião plenária de terça-feira passada seria, entretanto, como toda a gente esperava, a discussão do pedido de urgência para uma proposta de lei governamental visando conceder ao executivo a autorização para proceder à revisão da matéria constante do «Mandato Judicial». Em outras palavras — refazer um novo Estatuto dos Advogados.

Um novo ou um mais velho ainda? Porquê a urgência? Eram perguntas que andavam no ar.

O caso da urgência foi rapidamente desmascarado, ainda antes de o debate começar. Almeida Santos declarou que se devia esperar pelo ministro da Justiça, mas que adiantava o pedido de urgência tinha sido feito pela Ordem dos Advogados, por causa das eleições no interior dessa associação...

Tinhamos assim um pedido do Governo que não era dele, mas da Ordem. Quem dá ordens na AR? Quem ordena o Governo? O ministro, quando chegou depois do intervalo, também confessou que tinha sido a Ordem a mostrar urgência. Embora «toda a gente» soubesse que há três meses que as tais eleições se deveriam ter realizado. Lino Lima, do PCP, pôs o dedo na ferida: «Toda a gente sabe que duas correntes se desenham» nessas eleições, que nem sequer podem ser identificadas politicamente pois os seus compo-

nentes abarcam um espectro partidário vasto. E condenou que o Governo ou a AR viessem «alterar as circunstâncias em que o acto eleitoral se deve realizar».

Os actuais dirigentes da Ordem não devem pensar assim. Por exemplo — Lino Lima também o denunciou — o actual bastonário, pelo actual estatuto, não pode ser reeleito; mas pelo estatuto apresentado pelo Governo — ou pela Ordem? — já pode sê-lo...

José Magalhães, do PCP, considerou também chocante que o Governo tenha embarcado numa via totalmente errada quanto ao preceitudo constitucionalmente na matéria, não respeitando sequer a liberdade de as associações definirem as suas próprias regras, e decalcando a metodologia corporativista.

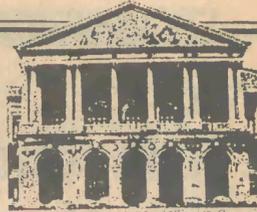
Odete Santos, entretanto, recordando que ao longo dos anos a Ordem tem afirmado que as condições se mantêm para que não haja modificações, perguntou que condições mudaram agora para esta cambalhota, para que as eleições se realizem com regras diferentes?

As perguntas — que deixaram o ministro confuso a ponto de lhes não responder claramente — não agradaram a deputados da maioria. Mas os deputados da oposição — e não só — continuaram. Taborada, do MDP, perguntou claramente ao ministro se era verdade o que consta nos meios fofos: «que o ministro se tinha comprometido com o actual bastonário para fazer passar esta proposta de lei...» Magalhães Mota perguntou que urgência era esta agora, quando outras urgências deixaram de o ser... O ministro apenas «garantiu» que isto não tinha nada a ver com as eleições...

José Manuel Mendes, intervindo pelo PCP, resumira:

«É hoje claro que a operação traduzida na apresentação deste pedido de autorização legislativa visa fazer com que a Assembleia da República: 1.º — intervenha, carimbando às costas, através de uma maioria dócil, no processo eleitoral de uma associação profissional; e, em 2.º lugar amarrar toda uma classe a soluções para as quais não contribuiu, assim condicionando a sua vida, a sua actividade pública, o seu futuro. Entrámos no novo ano, mas, para o Governo e para os seus apoiantes, a velha vida continua.»

PCP apresenta projecto visando conceder subsídios a jovens candidatos ao 1.º emprego



Apresentando à Assembleia da República o projecto do PCP que visa conceder aos jovens candidatos ao primeiro emprego um subsídio, o deputado Jorge Patrício proferiu um discurso onde procede a uma breve análise dos problemas da juventude e sintetiza o essencial do projecto. Publicamos aqui alguns excertos do discurso do deputado do PCP.

(...) São muitos e graves os problemas da juventude, e é legítimo afirmar-se, que ser jovem em Portugal nos dias de hoje, significa estar rodeado por um mundo de dificuldades, de discriminações, de desinteresse.

Dificuldades e discriminações no campo do emprego, do salário, das promoções profissionais, do acesso ao ensino, à cultura e ao desporto.

Desinteresse, por parte de quem com responsabilidades governativas se manifesta alheio e insensível.

Em vez de se eliminarem, alimentam-se as causas dessas dificuldades e problemas.

O aumento crescente do número de desempregados e daqueles que procuram o primeiro emprego, associado à falta de criação de novos postos de trabalho e aos despedimentos, são sem dúvida dos maiores problemas sentidos no seio da juventude.

Um dos direitos mais importantes, e uma das aspirações mais sentidas pelos jovens, que é o direito ao trabalho, consignado na Constituição está posto em causa e torna-se letra morta perante a dramática realidade.

E ainda por cima, como se já não bastasse, o que se prevê para o futuro, a continuar o actual Governo e a mesma política, é mais desemprego, o encerramento de empresas e mais despedimentos, a falta de saídas profissionais para aqueles que acabam os cursos originando o aumento do número dos que procuram o primeiro emprego. (...)

(...) Problemas graves no seio da juventude, mas mais dolorosos de falarmos deles entre as raparigas. Para elas as discriminações salariais e profissionais ainda são mais acentuadas, a repressão patronal ainda mais sentida, os empregos muito mais escassos, e alguns deles conseguidos por meios imorais, obrigadas a submeter a sua dignidade perante gente indigna e corrupta, em troca de um posto de trabalho.

E anda-se nisto anos a fio, nos melhores momentos da vida de uma pessoa. Numa altura em que a força, a capacidade e o entusiasmo, podiam e deveriam ser canalizados para as tarefas do desenvolvimento económico e social do País.

Temos vindo a falar daqueles que, ainda com todas as dificuldades e obstáculos, conseguem estudar, acabar os cursos, arranjar emprego mesmo que contratados a prazo.

Mas temos também que falar daqueles, em cujas casas já se instalou a fome, a miséria, as privações ou porque os seus pais estão desempregados ou porque não recebem salários há meses.

Esses, muitos desses, já nem sequer estudam. Não há dinheiro para o comer, para a roupa, para pagar a renda da casa, quanto mais para gastar nos livros e nos transportes.

Muitos desses vêm-se obrigados a trabalhar, ainda que sem idade nem capacidade para o fazer, só com o único objectivo de arranjar três ou quatro contos para dar em casa,

e ajudar dessa forma a família a enfrentar momentos tão difíceis.

São vítimas de uma exploração desumana, por parte de gentes sem escrúpulos, sem dignidade. É a exploração do trabalho infantil, consequência dolorosa de uma política classista, de ódio aos trabalhadores, que põe em causa os seus direitos e os direitos dos seus filhos. (...)

(...) As responsabilidades recaem sobre quem assumindo as rédeas da política governativa, não resolve, antes agrava os problemas mais sentidos pela juventude, e com mais força da razão o dizemos porquanto nem sequer cumprem o prometido nas campanhas eleitorais e nos programas dos governos.

Fizeram duas coisas, e foram logo duas coisas más.

Acabaram com o subsídio de desemprego aos candidatos ao primeiro emprego.

Agora aparecem com uma proposta de decreto-lei sobre a aprendizagem, que segundo ela, os jovens aprendizes são considerados como estudantes e por consequência sem qualquer vínculo laboral, embora produzam e dessa produção seja criada riqueza para a empresa.

O contrato de aprendizagem pode cessar a qualquer momento, sejam quais forem as razões, sem que o aprendiz possa recorrer dessa decisão, porque não tem ao seu dispor qualquer mecanismo que defenda os seus direitos quando torpedeados arbitrariamente.

(...) Salientando os aspectos principais do nosso Projecto, queremos desde logo referir que nele consideramos candidatos ao primeiro emprego com direito ao subsídio, todos aqueles que nunca tenham trabalhado ou o tenham feito, por um período não superior a 180 dias nos últimos 360 anteriores à data do desemprego, sendo para isso necessário que o rendimento per capita do agregado familiar não atinja 70% do valor mais elevado do salário mínimo nacional.

Consideramos agregado familiar, o candidato bem como o cônjuge ou equiparado, parente e afins na linha recta ou colateral até ao terceiro grau.

O período de concessão é de 450 dias, ficando no entanto o subsídio obrigado a fazer prova no decorrer do 6.º e 12.º meses, em como continua a reunir os requisitos necessários à atribuição de subsídio.

O montante do subsídio que propomos é de 70% do valor mais elevado do salário mínimo nacional para aqueles que não tenham pessoas a cargo, e de 80% para aqueles com uma ou mais pessoas a cargo.

São estes os traços essenciais do Projecto, sr. Presidente, srs. Deputados.

Não pretendemos com ele, nem é por esta via que se irá resolver o problema do desemprego e do primeiro emprego.

Aquilo que propomos é um mecanismo de protecção e apoio que minimize os problemas de se estar desempregado por falta do primeiro emprego. (...)



Alternativa e iniciativas do PCP levadas à AR por Carlos Brito

Logo no primeiro dia dos trabalhos parlamentares do ano de 1984, o presidente do grupo parlamentar do PCP proferiu uma declaração política na tribuna da Assembleia da República. Reproduzimos hoje o discurso do camarada Carlos Brito nas suas passagens mais significativas.

Ao retomar os trabalhos da Assembleia da República, a 3 de Janeiro, fazêmo-lo numa ocasião em que é ainda adequado desejar para o Ano Novo as maiores felicidades e prosperidades a todos os portugueses.

Emilindo este voto sabemos, no entanto, que o que nos espera, o que espera a todo o nosso povo, é do ponto de vista das condições materiais, o ano mais duro de quantos vivemos desde o 25 de Abril.

Mas é imperioso afirmar que não é por qualquer fatalidade do destino que isto acontece.

É assim, fundamentalmente, porque se acumularam as consequências de uma política que tem sido seguida por sucessivos governos não para enfrentar os problemas do nosso povo e do nosso país, mas para servir os interesses do grande capital numa verdadeira cruzada contra as transformações revolucionárias do 25 de Abril (como as nacionalizações e a Reforma Agrária) e sobretudo porque, apesar das provas de desastre estarem feitas, o actual Governo continua servilmente essa política e agrava-a até em variados sectores.

Quando suspendemos os trabalhos parlamentares em meados de Dezembro, depois de votadas as propostas de lei das Grandes Opções e do Orçamento do Estado, não nos sobravam quaisquer dúvidas de que a política governamental que esses diplomas comportam significa mais desemprego, mais despedimentos,

mais salários em atraso, mais impostos, mais subida de preços (novamente os combustíveis), mais aumentos de rendas, menos poder de compra, menos ensino, menos habitação, menos investimento e menos produção. Significa que apesar de todos estes sacrifícios continua a aumentar assustadoramente o endividamento externo do País e não se apresenta com tal política qualquer perspectiva de solução dos grandes problemas nacionais, antes se vê o seu nítido agravamento. Denunciámo-lo, demonstrámo-lo e combatêmo-lo nas múltiplas intervenções que produzimos ao longo do debate.

Não eram calúnias...

Não eram calúnias da oposição. Já estão agora as previsões da OCDE porventura ainda mais severas do que as nossas advertências.

Não eram calúnias da oposição o que afirmámos ao responsabilizar o Governo pelo agravamento generalizado das condições de vida dos trabalhadores, pelos métodos de crescente exploração e repressão patronal e pela generalização dos salários em atraso. O aumento do número de empresas que não pagam salários ou que o fazem com atraso e o alargamento incessante do número de trabalhadores que são lançados nessa dramática situação (mais de 140 mil segundo números recentes da

CGTP-IN), mostram que o patronato se sente com as costas quentes e que a complicidade do Governo nesta inqualificável prepotência bem pode ser apreendida como um símbolo da sua política social.

Amanhã se dirá: quando Mário Soares era Primeiro-Ministro os patrões nem se sentiam obrigados a pagar salários. Não eram calúnias da oposição as advertências que fizemos sobre o novo golpe que se travava contra a EPAC — Empresa Pública. A liberalização do comércio de cereais a favor das empresas privadas, incluindo as multinacionais do sector, ali está a demonstrar que, em matéria de abertura de chorudos negócios ao grande capital, o Governo de Mário Soares e Mota Pinto não se fica pela abertura da banca, dos seguros e outros sectores básicos, e não recua mesmo perante situações mais escandalosas e lesivas dos interesses populares.

Não eram calúnias da oposição as previsões que fizemos sobre os ataques que o Governo se preparava para desferir contra o Poder Local democrático. O acervo de golpes contra as autarquias que decorrem do Orçamento, designadamente a revogação golpista e inconstitucional de parte substancial da Lei de Finanças Locais ali está a confirmar a natureza da ameaça e a anunciar a iminência de novos perigos pela total falta de escrúpulos do Governo nesta matéria.

Não eram calúnias da oposição os riscos que anunciávamos ao antever numa política externa de submissão ao imperialismo e de participação nas suas aventuras contra a emancipação dos povos e a paz mundial. A exclusão da Petro-

gal da exploração do bloco quatro da plataforma petrolífera continental angolana e os prejuízos que várias outras empresas portuguesas públicas e privadas estão a sofrer em consequência das actividades em Portugal da Unita e de outros grupos hostis à República Popular de Angola, atestam significativamente os resultados nefastos de uma política externa que não se norteia pelo interesse nacional.

Apesar destes sucessivos escândalos a opinião democrática e os profissionais da comunicação social ainda não se recompuseram do espanto provocado pelo projecto governamental da nova lei de imprensa. É certo que o Governo PS/PSD foi longe como nenhum outro na partidização, governamentalização e instrumentalização da comunicação social do sector público, especialmente entre mil outros atropelos, com a reposição de práticas abertas de censura na RTP e as sucessivas ofensivas contra a Anop. Mas não se esperava, apesar de tudo, que se atrevesse a apresentar um projecto de lei de imprensa que visa de forma patente cercar a liberdade de expressão, instaurar a censura e a autocensura, restringir os direitos dos jornalistas e esvaziar os poderes dos conselhos de redacção. O projecto de lei de imprensa para além do que significa por si mesmo, é uma manifestação inquietante. É uma lei de um Governo que sente desenvolver-se à sua volta o descontentamento, o protesto, a luta, mas que não se inclina a reconhecer democraticamente os seus erros, antes projecta silêncio, amordaçar e reprimir os que se lhe opõem.

O X Congresso do PCP e a alternativa

É neste quatro político que a realização do X Congresso do PCP se avanta como uma imensa contribuição dos comunistas para a reflexão patriótica, que as forças políticas portuguesas são imperiosamente chamadas a fazer sobre a situação gravíssima que o País atravessa e os caminhos de solução que importa trilhar (...)

(...) Ganhou um grande relevo a conclusão de que os partidos que apoiam o Governo têm um campo social de apoio incomparavelmente mais reduzido do que o seu apoio eleitoral nos últimos eleições. São importantes ilustrações desta tese as grandiosas lutas dos trabalhadores (cabe aqui uma referência saliente às vigílias da véspera de Natal contra os salários em atraso) e as importantes acções de agricultores, de pequenos e médios empresários e de outros sectores da população atingidos pela política do Governo.

A viabilidade de uma alternativa democrática torna-se tanto mais evidente quando se vê que a redução da base social de apoio da coligação governamental e o prosseguimento da desastrosa política do Governo determinam um rápido delinhamento da sua base de apoio político e eleitoral. É nítida a existência de um vazio partidário que se traduz na realidade invulgar de centenas de milhares de portugueses não se reconhecerem nos partidos em que têm votado. Isto é particularmente significativo em relação ao PS e ao resultado das últimas eleições.

Os preparativos para as presidenciais vão gerar de certeza dinâmicas que favorecem a

construção de uma alternativa democrática.

As clarificações produzidas pelo X Congresso do PCP, fundamentalmente no que respeita à eventual candidatura de Mário Soares, definindo a total indisponibilidade dos comunistas para lhe dar qualquer apoio ou indicação de voto revestem-se por isso mesmo de uma grande importância.

A fragilidade do Governo é efectivamente tão notória que a questão da sua substituição está colocada na ordem do dia (...)

(...) É prevendo a iminência de uma tal situação e considerando que será absurdo e fatal para as instituições democráticas a constituição de um Governo com a mesma base partidária ou para seguir a mesma desastrosa política, que o X Congresso caracterizou a necessidade da formação de um governo com carácter de emergência para actuar nas condições gravíssimas em que o Governo PS/PSD deixará o País e para realizar uma política verdadeiramente nacional.

O X Congresso do PCP definiu um tal governo como Governo Democrático de Salvação Nacional e sublinhou que todos os demócratas e patriotas, qualquer que seja a sua filiação partidária, têm a obrigação de dar a sua contribuição para viabilizar um tal governo. O PCP está aberto a exame da viabilidade de um tal governo e entende que sobram as razões que demonstram que para que Portugal saia da crise, para que os problemas nacionais sejam resolvidos, é indispensável a participação do PCP no Governo.

As consequências, as contradições, as fragilidades e as incapacidades da coligação re-

velam-se também de maneira mais espectacular na Assembleia da República. Para as ocultar e assegurar a sua própria sobrevivência o PS e o PSD têm recorrido a práticas que contrariam o funcionamento democrático, com a governamentalização dos trabalhos parlamentares, a usurpação de poderes da Assembleia pelo Governo, o atropelo de direitos da oposição e o adiamento dos debates que a coligação e o Governo consideram incómodos ainda que versando matérias da maior importância para as populações e o País.

Iniciativas parlamentares do PCP

Norteado por estas duas ordens de preocupações o PCP tomou um conjunto de iniciativas nas diferentes áreas da vida parlamentar que entende anunciar a todos os deputados, à comunicação social e ao País:

- 1.º Marcações de ordem do dia: além da marcação já feita dos projectos sobre a maternidade e a interrupção voluntária de gravidez para os dias 25 e 26 de Janeiro, marcar para o dia 3 de Fevereiro o projecto que cria o conselho de Vizeia.
- 2.º Inquéritos parlamentares: retomar o pedido de inquérito sobre a EPAC nas condições novamente escandalosas da liberalização do comércio de cereais e retomar outros

inquéritos não finalizados na anterior legislatura que versem questões de corrupção, como os referentes à aquisição pela TAP de aviões Lockheed e as reservas entregues a Prates Canelais.

3.º Perguntas ao Governo: insistir na realização regular de sessões de perguntas ao Governo como estabelece a Constituição e propor desde já uma sessão para 17 de Janeiro que pela nossa parte dedicaremos a perguntas sobre a acção do Governo em relação às vítimas das inundações, sobre actividades desenvolvidas em território nacional por grupos hostis à República Popular de Angola e sobre a comunicação social.

4.º Reuniões especiais para debate de problemas regionais: propor a realização de reuniões que concentrem as atenções sobre grandes temas regionais e desde já propor a realização de uma reunião especial ainda em Janeiro, ou em Fevereiro, dedicada à Ria Formosa.

5.º Outras iniciativas: concretizar a curto prazo uma nova iniciativa parlamentar tomando por centro os salários em atraso que confronte o Governo com as suas responsabilidades nesta matéria.

Talvez o Primeiro-Ministro considere, no mar de dificuldades em que se debate, que isto é obra de «agitadores profissionais». Para o PCP é tão simplesmente a forma de honrar o mandato que recebeu do nosso povo a cujos interesses dedica todas as suas forças, dinamismo e capacidade, na Assembleia da República e fora dela, como acaba de ser demonstrado com a realização com sucesso do seu X Congresso na cidade do Porto.

PCP

## Paz e independência nacional

• Hoje, debate no Vitória

A Paz e a Independência Nacional — A Resolução Política do X Congresso sobre a Situação Internacional, este o tema do debate que se realiza hoje em Lisboa com a participação do camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

A sessão decorrerá no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, com início às 21 horas. Promove a SIP da DORL.

## Comité Local de Lisboa

• Plenário de OD's

As conclusões do X Congresso do PCP serão o tema em foco no plenário de organismos de direcção, comissões de freguesia e secretariados de célula do Comité Local de Lisboa (CLL), que se efectua amanhã, no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade.

A reunião começa às 20 e 30 e conta com a participação do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central.

Sessão de esclarecimento no Alto dos Toucinheiros

Tendo em vista um debate sobre a Resolução Política do X Congresso do PCP, realiza-se no próximo dia 11, na Comissão de Moradores do Alto dos Toucinheiros, ao Beato, uma sessão de esclarecimento para a população, com início às 21 horas. Estará presente o camarada António Andrez, membro do Comité Central do Partido.

CT de Santos

## Reunião de mulheres

A 1.ª zona do Comité Local de Lisboa do PCP realiza no próximo sábado, dia 7, uma reunião de mulheres comunistas sobre os três projectos-lei do Partido relativos à defesa da maternidade.

A sessão decorrerá no Centro de Trabalho de Santos, a partir das 15 e 30, com a participação do deputado comunista José Magalhães.

## Sector da Saúde

A discussão das conclusões do X Congresso do PCP é tema para as seguintes reuniões do sector da Saúde na zona de Lisboa:

**Hoje** — às 17 horas, nas células dos Hospitais de Santo António dos Capuchos, Curry Cabral, Egas Moniz, Miguel Bombarda, Santa Marta, Pulido Valente, D. Estefânia, Maternidade Alfredo da Costa e Grupo de Trabalho para a Política de Saúde; às 21 horas, nas células do Hospital de Santa Maria, Serviços Médico-Sociais/ARS e concelhos limítrofes.

**Amanhã** — às 17 horas, células dos Hospitais de Arroios, S. José e Desterro.

## Plenário em Vialonga

Com um único ponto na proposta de ordem de trabalhos (análise da situação política e social), realiza-se no próximo sábado, dia 7, um plenário de militantes comunistas da freguesia de Vialonga (V. Franca de Xira).

A reunião decorrerá nas instalações do Centro de Trabalho do Partido, com início às 21 horas.

Setúbal

## Sorteio da rifa distrital

O sorteio da rifa distrital promovida pelos camaradas de Setúbal apurou os seguintes números:

- 1.º — Automóvel — 31 951
- 2.º — TV a cores — 48 489
- 3.º — Viagem à Madeira — 45 417
- 4.º — Tenda de campismo — 46 327
- 5.º — Centrifugador eléctrico — 56 758
- 6.º — Batedeira eléctrica — 77 697
- 7.º — Um par de «walkie-talkie» (comunicadores à distância) — 73 960
- 8.º — Colecção de obras de Lênine — 00 588
- 9.º — Álbum duplo de música rock — 70 576
- 10.º — Uma boneca — 48 590

O sorteio realizou-se na festa de passagem de ano realizada no concelho de Setúbal.

Sorteio de Oeiras

No âmbito da campanha de fundos promovida pela organização de Oeiras, realizou-se o sorteio do Natal, que apurou os seguintes números:

- 1.º — 3809; 2.º — 3914; 3.º — 079; 4.º — 3808; 5.º — 3807; 6.º — 3806; 7.º — 3805; 8.º — 3804; 9.º — 3803; 10.º — 3802.

Os prémios devem ser levantados no CT de Oeiras até 28 de Fevereiro.

Rifa dos Transportes

A rifa de Natal promovida pelo sector dos Transportes/DORL apurou no seu sorteio uma viagem à URSS para duas pessoas. Quem tem a rifa com o número 37 273? Parabéns e boa viagem.

# Nos dias 14 e 15 deste mês

# JORNADA NACIONAL DE ESCLA- RECIAMENTO SOBRE AS CONCLUSÕES DO X CONGRESSO DO PCP

• Em várias localidades a iniciativa começa no dia 13

Levar ao povo trabalhador, em todo o País, as conclusões do X Congresso do Partido Comunista Português — este o objectivo da **jornada nacional decidida ainda durante o Congresso e que decorrerá no fim-de-semana de 14 e 15 deste mês, envolvendo milhares de acções de contacto e esclarecimento com as populações.**

Neste momento, a preparação da jornada entrou na fase final, prevendo-se em todas as organizações do Partido um empenhamento muito activo dos militantes nas múltiplas e diversificadas tarefas necessárias para o êxito da jornada.

Tendo em conta as características de cada localidade e de cada região, as organizações do Partido preparam um conjunto de acções em que se dá particular atenção ao **contacto directo** com as populações, com os trabalhadores, os jovens, as mulheres; com todos os sectores sociais.

Esse contacto directo — que só por si exige a participação de largos milhares de militantes — visa a entrega por «mão própria» de documentos de informação contendo os aspectos fundamentais das conclusões do X Congresso, preparados especialmente para a jornada, tanto a nível da SIP central, como a nível local. Neste último caso, os documentos reflectem a realidade que se vive nas localidades e regiões (problemas das empresas e

dos trabalhadores, da agricultura, da situação da juventude, etc.).

A entrega da documentação decorrerá nos «porta-a-porta» a realizar nos bairros e também através dos grupos de camaradas que se vão deslocar a mercados e feiras e a outros locais de grande concentração popular, tanto nos meios urbanos como nos meios rurais. Também à saída das casas de espectáculo e em pontos de passagem estratégicos (caso das zonas comerciais, durante a manhã do dia 14) encontraremos grandes acções de contacto directo, com a entrega dos referidos documentos.

A par, dessas acções, o fim-de-semana de 14 e 15 será também marcado pela realização de numerosas sessões de esclarecimento (nesta edição já referimos algumas) e de comícios em que se procurará dar da melhor forma possível uma informação sobre o Congresso do PCP e sobre as suas conclusões, nomeadamente as alternativas e as propostas que os comunis-

tas apresentam para a resolução dos problemas nacionais — no plano económico e financeiro, para o desenvolvimento da indústria e da agricultura, para o sector cultural, para a construção dum futuro de progresso e felicidade para o Povo português.

Além das iniciativas já referidas, a jornada de esclarecimento incluirá por certo outras acções com o mesmo objectivo, de acordo com a imaginação criadora, as capacidades e o dinamismo das organizações do Partido, assunto a que nos referiremos em pormenor na próxima semana.

Saliente-se, entretanto, que em várias localidades a jornada começa no dia 13 (sexta-feira), possibilitando assim uma acção de esclarecimento junto do maior número possível de empresas, como está previsto nos distritos de Lisboa e Setúbal.

O PCP aponta soluções

O intenso trabalho de esclarecimento de massas que o Partido irá realizar no fim-de-semana de 14 e 15 deste mês contará com um precioso instrumento informativo a que toda a gente terá acesso em qualquer região do País: trata-se de

um folheto de quatro páginas — com a cabeça «**Informação — X Congresso do PCP**» —, de formato tabloide e onde se apresenta, num enquadramento gráfico bastante atraente e mobilizador para a leitura, uma síntese do que foi e como decorreu o X Congresso, das decisões que tomou e das propostas aí definidas para a solução dos graves problemas com que se defronta o País.

Ao longo das suas quatro páginas, o «jornal» editado pela SIP publica vários artigos e fotos, destacando os aspectos mais significativos da situação actual do País nos planos político, económico e social, as causas dos problemas actuais, as grandes linhas da ofensiva de recuperação capitalista, as lutas dos trabalhadores e as propostas avançadas pelo PCP.

Para se ter desde já uma ideia da organização temática do boletim especial, aqui ficam os títulos dos principais textos: «**Uma análise aprofundada da situação do país/ Desmascarados os objectivos do Governo PS/PSD/ Com este Governo 1984 vai ser ainda pior**»; «**A Crise/ O X Congresso do PCP aponta causas e responsáveis**»; «**O governo PS-PSD prossegue e agrava ofensiva de direita**»; «**Or-**



çamento para 1984: Cortes em sectores sociais e de desenvolvimento económico»; «**Há no País uma grande força social em movimento capaz de impor uma alternativa democrática**»; «**Foi para isto que votaram?**»; «**Existe uma política capaz de superar a crise**»; «**O X Congresso propõe: um governo democrático de salvação nacional**»; «**O X Congresso do PCP confirmou: é possível uma alternativa democrática**».

Além destes artigos — de linguagem acessível e de rápida leitura, o folheto «**Informação**» divulga extractos da intervenção de Álvaro Cunhal nos trabalhos do Congresso, um apontamento sobre o perfil político de Mário Soares e a já confirmada exclusão de qualquer apoio do PCP a uma eventual candidatura do actual Primeiro-Ministro às Presidenciais de 85; uma secção com o título genérico «**Sabia que...**» (pequenas informações sobre a gravidade da situação social e económica e sobre a política do Governo em factos e números); e um conjunto de fotos devidamente legendadas sobre aspectos da luta dos trabalhadores e das populações durante o ano de 1983.

O boletim especial editado pela SIP tem uma tiragem muito elevada, na ordem das centenas de milhares, e chegará às organizações do Partido com a devida antecedência para a correcta preparação da sua distribuição.

## Na ca... porke

Durante a jornada de esclarecimento para a preparação das conclusões do X Congresso, as cidades do País vão conhecer uma intensa actividade orientada para a informação e contacto com os cidadãos em diferentes locais, em muitos casos num formato «estratégico» de participação de camaradas organizados em pequenos grupos.

Na capital, por exemplo, estão previstos, entre outros, os seguintes pontos de distribuição de documentos à população, envolvendo camaradas de todos os organismos do Comité Local de Lisboa:

**Dia 13 (sexta-feira) partir das 18 horas**

- Entrecampos (junto a paragens de camiões)
- Sete Rios (junto a paragens de camiões)
- Cais do Sodré
- Restauradores (intermetro)
- Marquês de Pombal
- Rossio
- Praça do Chile
- Calvário

**Dia 14 (sábado), até a manhã (mercado)**

- Feira da Ladra
- Pão de Açúcar/Alcântara
- Mercado da Ajuda
- Campolide



## Acções diversas com o mesmo objectivo

• Da sessão à banca, do «porta-a-porta» ao comício...

A realização de sessões de esclarecimento e de comícios, bem como de iniciativas tipo «porta-a-porta» para a distribuição de documentos informativos, serão acções de destaque da importância na jornada nacional de esclarecimento que se aproxima.

No entanto, muitas organizações do Partido, um pouco por todo o País, preparam outras acções que vão assumir igualmente importância no conjunto da jornada. São as **banca**s à saída das empresas e nas ruas de maior movimento, os encontros

tipo «**meeting**» nos salões e refeitórios das empresas e também os **minicomícios** às saídas dos locais de trabalho.

Sobre os documentos a distribuir, convém sublinhar que não haverá apenas o boletim especial editado pela SIP, que

chegará a todo o País, mas também os documentos produzidos pelas organizações sobre questões específicas das localidades, das regiões, dos sectores profissionais, das lutas nas empresas, dos problemas como o aumento do custo de vida, desemprego, etc.

## Governo e TV face ao Congresso: Comportamento imoral!

(...) Este Congresso incomodou muita gente. Inevitável. Tratava-se do Congresso de um partido que, assentando a sua força na classe operária dos trabalhadores, ultrapassou os 200 000 membros, e onde só os que têm idade inferior a 30 anos são mais que o total dos membros de qualquer outro partido político português.

O Governo PS/PSD impôs à Televisão o silenciamento do Congresso e a deformação, perante portugueses, das opiniões do PCP sobre os problemas do País. Para além de ser uma ilegalidade, trata-se de um comportamento imoral que só confirma a fraqueza de uma coligação que procura sobreviver à sombra da censura, da mentira descarada da provocação. Está de facto condenada ao fracasso (...)

Do boletim especial editado pela SIP para a jornada nacional de esclarecimento

# ESCLARECIMENTO DO X CONGRESSO

na cidade de Lisboa  
a 13 (sexta-feira)



## na cidade de Lisboa por exemplo

- Sapadores
- Campo de Ourique
- Pão de Açúcar/Olivais

**Dia 14, a partir das 15 horas**

- Distribuição porta-a-porta nas caixas do Correio

**Dia 15 (domingo), durante a manhã (mercados/feiras volantes)**

- Bairro da Liberdade
- Charneca
- Bairro do Relógio
- Pão de Açúcar/Olivais

**Dia 15, durante a tarde (à porta dos seguintes cinemas)**

- Quarteto
- Tivoli
- S. Jorge
- Condes
- Terminal

nação  
o para  
Benfica  
Alvalade  
Xabregas  
31 de Janeiro (Fontes Pereira  
de Melo)  
Forno do Tijolo (Anjos)  
Chão de Loureiro  
Santos  
Rato  
coos de  
ndo-se gr  
camaradas  
que nos ca  
exemplo  
ntre outros  
s de distri  
ntos à port  
camaradas  
mos do O  
za.  
xta-feira  
8 horas  
(junto ao M  
e camionet  
nto ao M  
camionetas  
e (interio  
Pombal  
e  
(do), dura  
(mercado  
a  
r Alcântara  
Juda  
v  
o:  
nto  
ente. Em  
n partido  
perária  
00 mem  
30 ano  
lquer ou  
silência  
erante o  
os proble  
dade, tra  
confirm  
sobrev  
scarada  
no fracas  
a a jornad



## Logo após o Congresso...

Após o Congresso (e mesmo antes!) foram muitas as organizações do Partido que desde logo prepararam várias iniciativas com vista à análise e debate das conclusões do X Congresso, realizado de 15 a 18 de Dezembro último na cidade do Porto.

Têm participado nessas iniciativas - reuniões e plenários para militantes - um número muito significativo de camaradas, que revelam um interesse profundo por tudo o que se passou no Congresso e pela discussão das suas conclusões. Em vários casos, os dinamizadores destes debates têm sido camaradas que estiveram no Porto como delegados das organizações.

Embora as conclusões do Congresso e os aspectos marcantes da sua realização tenham sido abordados na Imprensa do Partido, e nomeadamente no «Avante!», essas

reuniões têm proporcionado uma informação pormenorizada sobre o significado da grande assembleia dos comunistas portugueses e uma rica troca de opiniões e ideias sobre os documentos saídos do Congresso e sobre tarefas e a luta política que se coloca ao Partido nos próximos tempos. Estas iniciativas têm-se revelado em muitos casos como acções de preparação da jornada nacional de esclarecimento marcada para o fim-de-semana de 14 e 15 deste mês.

Saliente-se, entretanto, que embora o esforço de informação e contacto com as populações a propósito do X Congresso do Partido esteja essencialmente apontado para aquela jornada, têm decorrido e vão continuar a decorrer várias sessões de esclarecimento com aquele objectivo, como, aliás, se regista nesta edição do «Avante!».

**X CONGRESSO**  
PARTIDO  
COMUNISTA  
PORTUGUÊS

20 de Dezembro  
às 21,30

COM O PCP  
CONTINUAR  
ABRIL

Casa da Cultura  
CALDAS DA RAINHA

As conclusões do X Congresso do PCP  
Sessão Pública

## Sessões nos concelhos de Alcanena e Coruche

Com o objectivo de apresentar e discutir as conclusões do X Congresso, estão marcadas, entre outras, as seguintes sessões de esclarecimento no distrito de Santarém:

**Concelho de Alcanena** - amanhã em Vila Moreira e Louriceira e no sábado em Monsanto, com a presença de delegados ao Congresso.

**Concelho de Coruche** - no dia 13, em Santa Justa, às 19 e 30, no Centro Social; e em Volta do Vale, às 20 horas, no Celeiro da Cooperativa; no dia 14, no Couço, às 20 horas, na Casa do Povo, com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC; e no Felxe, às 20 horas.

**Falagueira/Venda Nova**

● **Festa e entrega dos novos cartões**

Os comunistas da freguesia da Falagueira/Venda Nova realizam amanhã (sexta-feira) na Sociedade Filarmónica da Amadora uma festa-convívio para entrega dos novos cartões de militante.

Durante a iniciativa, aberta também a familiares das camaradas, a amigos e simpatizantes do Partido, serão abordadas algumas questões fundamentais da luta do Partido e da sua intervenção na vida política portuguesa.

Do programa consta ainda um convívio, animação musical e poesia. E já agora, aqui fica um convite para que não esqueçam o farnel...

O camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, e director do nosso jornal, participará na festa dos comunistas da Falagueira/Venda Nova, marcada para as 21 horas.

## Festa da Primavera O cartaz em concurso

Termina no próximo dia 14 o prazo para a entrega dos trabalhos concorrentes ao concurso promovido pela Direcção Regional de Santarém do PCP para o cartaz da tradicional Festa da Primavera, a realizar de 6 a 8 de Abril, na cidade de Santarém.

O júri que seleccionará o melhor trabalho (e cujo autor receberá o livro do 60.º aniversário do Partido) é constituído pela direcção da Festa da Primavera.

Acrescente-se ainda que «o cartaz premiado fica propriedade da DORSA e será utilizado como cartaz de propaganda da Festa da Primavera» e que «os trabalhos não premiados deverão ser levantados depois do dia 18 de Fevereiro de 1984, durante o mês.»

**Poder local****PS que nem PS respeita...****Só a APU pode garantir o progresso de Santa Luzia**

No próximo domingo, quase a completar-se um ano sobre as últimas eleições em Ourique, a freguesia de Santa Luzia, naquele concelho, vai eleger de novo os seus representantes autárquicos.

Sendo embora a única das freguesias de Ourique que eleger em Dezembro de 1982 uma maioria absoluta PS, o presidente e em seguida todos os restantes eleitos daquele partido demitiram-se poucos meses depois, deixando a Junta sem quorum, paralisando por algumas semanas a actividade autárquica e provocando a marcação de novas eleições, com todas as descontinuidades inerentes e os inevitáveis pre-

bá-las para as tentar reeleger, se não é inédito é pelo menos quase original... Será caso de luta entre «tendências», daquelas com que o PS se enfiava para disfarçar, sob a capa da «democracia interna», as efectivas discordâncias de fundo que dividem muitos dos seus militantes? Conhecem-se exemplos, assim como das obscuras razões na luta pelo poder em que muitas se envolvem.

Em Santa Luzia, parece que nem isso...

Por mais ridículo que possa parecer, a queda da Junta parece dever-se, não a divergências no seio do PS — que, se houve, ninguém conhece —, não a dificuldades de relacionamento com a Câmara — que ninguém conhece porque não houve —, mas à vontade de recuperar o sr. Feliciano... O sr. Feliciano Marques, que agora se recandidata, presidente da Junta de 76 a 79, então reeleito mas que abandonou o novo mandato antes do fim, e que em Dezembro de 82 foi desviado para outros voos. Candidato pelo PS à Câmara e à Assembleia Municipal de Ourique, só nesta lhe haveria no entanto de caber um lugar, aliás modesto e talvez por isso mesmo mais ou menos desprezado a ponto de quase ter perdido o mandato.

Razões, pois? «Pergunte ao Feliciano», foi a resposta que obteve do PS de Santa Luzia um repórter do «Diário do Alentejo». Mas nem o sr. Feliciano deu explicações. Segundo um outro actual candidato do PS, nem campanha precisa aliás de fazer: «toda a gente nos conhece».

É facto. Ao sr. Feliciano toda a gente o conhece. Mas é pouco. Em seu tempo na Junta foi nomeadamente concluída a rede de saneamento básico. Mas também ninguém nega que o grande apoio foi então

**Eleições no próximo domingo**

dado pela Câmara APU de Odemira, numa obra intermunicipal que o PPD ao tempo maioritário em Ourique ignorou.

**Uma obra de dois meses já é obra!**

Entretanto, recusando-se o PS a fazer parte da Comissão Administrativa nomeada pela Câmara Municipal após a queda da Junta, foi a APU que durante os dois últimos meses assegurou a gestão da freguesia.

E conseguiu com a ajuda da população erguer obra que já se vê, apesar das dificuldades financeiras que tolhem o município: avançou o arranjo de muitas ruas, antes pedras e lama, as águas estão sendo tratadas, o parque infantil foi inaugurado no domingo passado. Pronto está também o abrigo para transportes públicos.

Perguntar-se-á legitimamente o que teria feito a APU se em vez de pouco mais de dois meses fosse agora o fim (ou melhor: o continuar) de um ano de gestão — e que novos atrasos na satisfação das necessidades da freguesia pode dar a eventual vitória de uma maioria que nem como tal se sabe assumir. Do PS maioria haveria naturalmente a esperar a continuação do immobilismo e dos amens ao Governo na asfixia do Poder Local; da APU, a avaliar pelo que faz por todo o lado e também ali, a concretização do que inscreveu no seu programa: a estação de tratamento de esgotos, o arranjo das restantes ruas, e as várias bases e estruturas de apoio à actividade cultural — a biblioteca, uma sala de festas e convívios, equipamento para desporto — que possa minorar o isolamento a que Santa Luzia, como outras localidades de Ourique, ainda está confinada.

Nas últimas eleições, quando também como agora só duas listas concorreram, a APU teve 105 votos, o PS 195. A lista da APU, que vai aparecer

em primeiro lugar nos boletins de voto, é encabeçada por Virgílio Rito, que tem presidido à Comissão Administrativa.

No último domingo a APU fez o seu segundo porta-a-por-

**Câmara do Barreiro descentraliza sessões**

Dando mais um passo na abertura da Câmara à população, o executivo do Barreiro decidiu descentralizar as suas sessões de trabalho por todo o concelho. Inscrições no Plano de Actividades do pelouro de Informação e Relações Públicas, tais reuniões — a primeira das quais se realizou já em Dezembro, na freguesia de Santo André — vão permitir levar o resultado do trabalho dos eleitos e as suas propostas a cada freguesia, e canalizar para o executivo, de forma muito mais viva e exacta, os problemas mais sentidos pelos municípios. Vão permitir, quem sabe?, à volta de velhos e novos problemas, forjar novas (ou velhas ou esquecidas) formas de entrelaçamento.

O calendário de reuniões — uma por mês — inclui, já no próximo dia 18, uma sessão na freguesia do Lavradio, a realizar no Sporting Lavralense.

**Fernão Mendes Pinto monumento no Pragal**

Culminando uma notável série de iniciativas que lembram, de há meses, o papel de Fernão Mendes Pinto e a importância da sua «Peregrinação», o município de Almada inaugurou no último dia do ano a estátua em bronze de que é autor mestre António Duarte. A estátua de Fernão Mendes Pinto finalmente se torna assim património da população do Pragal. No Pragal, recorda-se, viveu Fernão Mendes Pinto os últimos vinte anos da sua vida — vão lá quatro séculos. Ali escreveu a obra que o imortalizou.

O acto de inauguração da estátua foi festivamente assinalado pelas bandas e fanfarras das colectividades e corporações de bombeiros do concelho, que ali compareceram; foi, paralelamente, também em iniciativa do município, momento escolhido para o lançamento de duas obras literárias sobre

da campanha em toda a freguesia, apoiado num documento da Coordenadora local sob a sigla «O voto na APU é o voto pelo progresso de Santa Luzia». Anteriormente realizou-se uma sessão de esclarecimento em que dialogaram com a população, além do cabeça-de-lista, os camaradas João Honrado e Francisco Felgueiras, este presidente da Câmara de Ourique, e para sexta-feira estão programadas diversas outras acções.

**PCP****Durante 1983 acentuado agravamento da crise económica****• Dívida externa chega aos 2000 milhões de contos!**

**1.)** Os dados já conhecidos da evolução económica e financeira em 1983 confirmam o agravamento da crise em que o país foi mergulhado pela política dos governos dos últimos anos.

Assim assistiu-se à estagnação da actividade económica e à redução do investimento produtivo. Degradou-se a situação económica e financeira das empresas nomeadamente das que trabalham para o mercado interno, quer pela evolução negativa da actividade económica quer pela contracção do crédito e pelos aumentos das taxas de juro verificados em Março e Agosto. O crédito mal parado ultrapassa já os 230 milhões de contos. Os sectores de actividade entraram em ruína nomeadamente os da construção civil, da cristaleira e da construção naval.

O emprego tornou a diminuir em 1983, aumentando o já enorme exército de desempregados. A taxa de inflação anual subiu para os 25% e os salários reais registaram nova queda, da ordem dos 4% a 5%. Aumentou diariamente o número de trabalhadores com salários em atraso, tal como o número de empresas que abrem falência.

A carga fiscal sobre os trabalhadores foi novamente agravada com o assalto ao 13.º mês, reduzindo-lhes ainda mais o rendimento disponível, ao mesmo tempo que foram aumentados grandemente os preços de bens e serviços de primeira necessidade e amplo consumo.

Esta política e o reforço dos benefícios financeiros e fiscais aos grandes exportadores e a enorme desvalorização do escudo vieram acelerar a centralização e a concentração capitalista e a transferência para o estrangeiro da mais-valia gerada no país. Portugal e os portugueses chegam ao final de 1983 mais pobres,

alargando-se o fosso que o separa dos países desenvolvidos.

**2.)** Em consequência do marasmo económico e a apatia generalizada do aparelho produtivo, o primeiro semestre do ano apresentava já uma redução conjuntural do défice da balança de transacções correntes que se manteve no final do ano. No entanto, como se mantiveram e agravaram as causas do mesmo, os défices reaparecerão, numa situação ainda mais grave logo que se queira impedir qualquer reanimação no quadro desta política.

**3.)** Assim, apesar do estrangulamento do aparelho produtivo decorrente da política seguida e do vergonhoso acordo assinado com o FMI, e apesar da venda das 70 toneladas de ouro, a dívida externa sofreu um novo impulso devendo situar-se nos 1500 milhões de dólares, isto é, cerca de 2000 milhões de contos!

**4.)** Confirma-se assim, que a política económica e financeira seguida em 1983, tal como o PCP tinha previsto e prevenido, se traduziu pelo agravamento na continuidade da política da AD, uma política de desastre ao serviço do grande capital.

**5.)** A urgência de uma nova política assente no respeito e mobilização das diversas formações económicas surgidas com o 25 de Abril e na mobilização dos nossos recursos e energias internas é hoje reclamada por cada vez mais largos sectores sociais, é um imperativo nacional e patriótico.

SIP do PCP

Lisboa, 26/12/83



Virgílio Rito, presidente da actual CA, e o primeiro candidato da APU à Assembleia de Freguesia

juízos para a população. No caso, com a única «vantagem» de ter sido a APU forçada a integrar sozinho a Comissão Administrativa, por recusa do PS — e ter obviamente aproveitado para trabalhar.

**Piruetas à PS**

A quatro dias das eleições suplementares, o motivo da demissão dos eleitos do PS está ainda por explicar.

Lá que o PS é usureiro e vezeiro em fazer cair estruturas democraticamente eleitas que não domina, toda a gente sabe. Mas atentar contra as suas próprias maiorias e derru-

**Reformados promovem apoio aos vidreiros**

Organizada pela Comissão de Reformados de S. Jorge de Arroios realiza-se no próximo domingo, a partir das 15 horas, no Teatro do Nosso Tempo, à Praça José Fontana, em Lisboa, uma sessão pública de solidariedade com os vidreiros da Marinha Grande, atingidos pela repressão patronal e do Governo, que contra eles atrai a polícia.

Nesta sessão — que a comissão organizadora manifesta o desejo de que seja uma expressão da solidariedade de todos os reformados e conta já com o apoio da CGTP-IN, USL e MURPI — intervirão o escritor José Saramago, o presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses e outras personalidades, além de operários vidreiros, no activo e reformados, da Marinha Grande.

**Terra****Mais um jeito ao patronato Governo boicota CCT dos agrícolas de Évora**

Os trabalhadores agrícolas do distrito de Évora manifestaram a sua disposição de encetar as formas de luta que considerem necessárias caso o seu contrato colectivo de trabalho não seja publicado no prazo de quinze dias. Esta decisão resulta da lentidão evidenciada pelo Ministério do Trabalho em publicar o CCT para o sector (cuja negociação havia sido concluída em Setembro de 83 e entregue no referido Ministério no dia 6 de Novembro) e foi tomada num plenário de activistas e delegados sindicais realizado no último domingo, no palácio D. Manuel, naquela cidade.

No decorrer da reunião, que contou com a presença de cerca de quatro centenas de trabalhadores, foi denunciado o facto de desde Fevereiro do ano transacto (data em que a

proposta de negociação para o novo CCT foi enviada à associação patronal) o patronato não ter poupadado esforços no sentido de boicotar a negociação e assim fazer passar o tempo.

Depois de sete meses de difíceis negociações, e como se tal não bastasse, surge agora o Ministério de forma irresponsável e ilegal a boicotar a publicação do CCT não cumprindo o determinado no decreto lei 519/C1 de 79, artigo 29, que estabelece 15 dias para aceitação ou rejeição da proposta após a sua recepção.

Depois desse prazo o Ministério teria outros quinze dias para publicar o contrato colectivo no Boletim de Trabalho e Emprego. Isto é, no prazo máximo de um mês, o contrato deveria ter sido publicado.

Nada disto aconteceu, dois meses são passados, e os trabalhadores interrogam-se sobre a autoridade legal ou moral do Ministério do Trabalho para estar a boicotar a publicação do seu contrato, situação esta que consideram como mais uma das muitas afrontas e arbitrariedades cometidas pelo Governo Soares/Mota Pinto.

Depois de assinalarem que este exemplo é mais uma prova de que o Executivo «está exclusivamente ao serviço do patronato e do grande capital nacional e estrangeiro», os trabalhadores reunidos em Évora reafirmaram a sua determinação em intensificar a luta a todos os níveis contra este governo e esta política por forma a ser encontrada uma alternativa democrática que dê saída aos graves problemas nacionais.

**Sabotagem em terras do Sul**

Perante o silêncio cúmplice do Governo e dos serviços oficiais, designadamente do Ministério da Agricultura e do Governador Civil de Évora, mais um autêntico crime foi cometido contra a economia do País: nove mil (9000) árvores de fruto — pereiras — acabam de ser serradas na herdade do Castelo Ventoso, concelho de Évora.

Propriedade do arquitecto Francisco Manuel Matos Figueira, morador no Porto, este pomar assegurava em média 12 postos de trabalho diário e dava todos os anos cerca de 80 mil quilos de boas peras com uma margem de lucro

para o proprietário de 30 por cento, livre das despesas.

Esta receita parece, contudo, que não chegava e o sentido empreendedor do senhor arquitecto — segundo um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora, onde se faz a denúncia deste caso — levou-o a transformar a herdade em casa de férias e a preferir meter o dinheiro no banco a render 28 por cento a ter de tratar as nove mil pereiras e a manter os postos de trabalho.

Como se vê um sinal dos tempos que correm a atestar a capacidade e a eficácia de

muitos dos nossos empresários...

Depois de alertar para a necessidade de medidas urgentes por parte dos organismos competentes que ponham cobro a casos como este, em tudo semelhante aos casos de terras abandonadas, barragens com água por aproveitar, azeitona e outros produtos desperdiçados, gados a morrer à fome, olivais, vinhas e pomares arrancados, o Sindicato reafirma a sua determinação em mobilizar os trabalhadores agrícolas para intensificar a luta contra a sabotagem, pelo direito ao trabalho e por um Portugal mais justo.

**Camaradas falecidos****João José Mendes**

Com 62 anos, faleceu no passado dia 25 de Dezembro o camarada João José Mendes, operário agrícola, do Redondo, freguesia de Montolito. Exercia funções de delegado sindical e era militante do Partido desde 1975.

**Octávio Ferreira**

Com 58 anos, faleceu recentemente o camarada Octávio Cardoso Ferreira, militante da organização de Oeiras. Fez anteriormente parte da célula da Philips e nos últimos anos da sua vida empenhou-se no trabalho unitário, entregando-se

com grande entusiasmo e dedicação à actual Comissão de Moradores da Medrosa (Oeiras).

**Élio C. Silva**

Membro da Comissão Concelhia do PCP de Peniche, faleceu no passado dia 15 de Dezembro o nosso camarada Élio Jorge Carinha da Silva, de 56 anos.

**Manuel Alberto Rosa**

Vítima de acidente de viação ocorrido no passado dia 17 de Dezembro, faleceu o nosso camarada Manuel Alberto Moreira Rosa, operário, de 37 anos,

membro da organização local da Cruz Quebrada/Carnaxide.

**Antero Martins Coelho**

No mesmo acidente que vitimou Manuel Alberto Rosa, faleceu também o camarada Antero Martins Coelho, membro do mesmo organismo do Partido. O camarada era operário e contava 41 anos.

As famílias dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

**QUANDO O HOMEM DÁ O MELHOR DE SI PRÓPRIO****Sem tréguas**

Giovanni Pesce

A história empolgante e comovida da resistência ao ocupante nazí no Norte de Itália. Contada por um resistente da primeira hora - um comunista combatente que evoca também episódios dramáticos da guerra de Espanha.



Um livro de grande riqueza humana, de um profundo sentido político e literariamente perfeito.



edições Avante!

Colecção «RESISTÊNCIA»

**A.V. Likholat**

**A FORMAÇÃO DA URSS**

**Expressão da política nacional leninista**

edições Avante!

**Trabalhadores**

**Pior será 84 com a política de 83**

**Movimentações e lutas vão continuar**

- Previstos aumentos nos transportes
- Acções dos trabalhadores

Previsões seguras de aumentos nos transportes e outros serviços e bens essenciais (azeite, pão, combustíveis), greves e outras lutas por salários atrasados e aumentos salariais, contratação atrasada na Função Pública, repressão e despedimentos, liquidação de empresas viáveis são alguns pontos que definem a curva social neste período de passagem de ano, que o próprio Governo é o primeiro a anunciar pior. É caso para acrescentar que pior será, não há dúvida, se este Governo se mantiver. Movimentações e lutas vão continuar.

«Enquanto se assiste a uma permanente degradação da rede nacional de transportes, com evidentes dificuldades e prejuízos para as populações, os preços, já inacessíveis a certas camadas da população, continuam a subir». Caracterizando a política do Governo para o sector, a comissão executiva da FESTRU (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) afirmava em 29 de Dezembro que «o Governo está a cozinhar mais um aumento do preço dos transportes para entrar em vigor já no princípio do ano».

Governo e empresas, advertem a FESTRU, no desenvolvimento da política para os transportes, se assim se pode chamar aos métodos postos em prática até agora, entendem impor «menos e piores transportes para a população; redução dos salários dos trabalhadores do sector; agravamento constante dos preços dos transportes».

Depois de alinhar algumas

realidades, que «os trabalhadores e a população sentiram bem» no ano que findou, a Federação sindical sublinha que «o preço dos transportes aumentou 70 por cento em 1983, enquanto o salário dos trabalhadores subiu apenas 18 por cento, no mesmo período». Entretanto, eram «encurtadas ou suprimidas dezenas de carreiras» e multiplicavam-se «os atrasos nos transportes».

Os traços gerais dessa política, descritos pela FESTRU, resumem-se como segue:

- As indemnizações compensatórias foram drasticamente reduzidas;
- Os investimentos foram praticamente nulos;
- Foram retirados às empresas alguns dos seus serviços mais rentáveis;
- Não houve qualquer planificação nos transportes;
- As propostas dos trabalhadores e das suas organizações, com vista a um melhor aproveitamento dos re-

ursos existentes e à diminuição dos custos de exploração sem prejuízo da maioria dos transportes, foram, uma vez mais, pura e simplesmente ignoradas.

**Sempre para pior**

É ainda a Federação sindical dos rodoviários que salienta a intenção transparente manifestada pelo Governo de «agravar ainda mais a situação» este ano, «obrigando os passageiros e os trabalhadores do sector a suportarem integralmente o custo dos transportes». O Governo não tem em conta que se trata de «um serviço social que em todo o mundo é subsidiado pelos Estados» por forma a tornar «o preço dos transportes acessível às populações trabalhadoras e a outros estratos mais carenciados da população».

Acrescenta a FESTRU: «A prosseguir esta política em 1984, a rede nacional de transportes ficará ainda mais degradada. O preço dos transportes vai atingir níveis insuportáveis para a maioria esmagadora da população».

Com a representatividade que lhe cabe, a Federação condena a política que está a ser seguida no sector, reafirma «a necessidade e a possibilidade de serem adoptadas medidas que melhorem os transpor-

tes», e põe o Governo perante as suas responsabilidades.

**Na Quimigal sem salários**

A CGTP-IN tomava entretanto posição contra a falta de salários na Quimigal. Numa nota de 29 de Dezembro findo, a Central, solidária com «mais 11 mil trabalhadores» naquela situação, alertava a opinião pública «para mais esta prepotência praticada pelo conselho de gerência» de uma empresa pública e para «a cumplicidade do Governo PS/PSD».

A CGTP, que manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores da Quimigal, sublinha que, através da «sua luta e na unidade», conseguirão que seja «cumprido o direito fundamental que lhes assiste — o pagamento dos seus salários — e impedir que idênticas situações se possam repetir».

A Central conclui a sua nota de 29 de Dezembro reafirmando que «só com uma política democrática, apostada na defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores», respeitando «as nacionalizações e as conquistas irreversíveis do 25 de Abril, será possível resolver os problemas com que se debatem os trabalhadores e o País».

**Lutas na TAP e na Carris**

Convocada pelo SITAVA (Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos) o dia de greve na TAP (28 de Dezembro) teve larga adesão e

obrigou a cancelar mais de metade das partidas e chegadas para esse dia no aeroporto de Lisboa. Nova greve estava prevista para 2 do corrente, mas foi adiada após a demissão do conselho de gerência. Abrangendo uns 5500 trabalhadores, o SITAVA, que lamenta ter sido obrigado a adoptar essa forma de luta, («mas não foi deixada qualquer alternativa pelo conselho de gerência e pelo Governo») exige «o início das negociações da tabela salarial e enquadramentos que o CG se comprometera a fazer em 1 de Janeiro», exige «a revogação dos últimos actos de gestão do CG que aprovaram aumentos de 100 contos praticamente isentos de impostos para os directores-gerais», exige «o fim das desigualdades no tratamento dos diversos grupos profissionais».

Entre os motivos da greve, o SITAVA refere, em nota do dia 28, que «os pilotos, além de auferirem em média mais de 200 contos mensais foram beneficiados há alguns meses com um aumento líquido de cerca de 50 contos por mês, através de um esquema de pagamento de impostos. Os directores, acrescenta o Sindicato que representa sobretudo o pessoal de terra, acabam de ser favorecidos com um conjunto de «bónuses» que, segundo a CT, custam à empresa mais de 40 mil contos por ano. Só os directores-gerais, através do fornecimento de automóvel, telefone e subsídio, passam a beneficiar de 96 803 escudos, o que, em termos li-



MDF — De empresa próspera ao desemprego: um passo PS/PSD

quidos, é superior ao seu vencimento».

Na Carris, «demonstrando um elevado nível de consciência e ponderação» ao conduzir o processo de luta «tendo em conta os interesses das populações», os trabalhadores e as suas organizações de classe procuram desbloquear as negociações do acordo de empresa, designadamente a revisão da tabela salarial. No dia 28, depois de uma centena de delegados sindicais se terem concentrado junto da Secretaria de Estado dos Transportes, os trabalhadores da Carris usaram a mesma forma de luta junto do Ministério do Equipamento Social.

Entretanto, os trabalhadores da MDF-Metalúrgica Duarte

Ferreira, há cinco meses com salários em atraso, com duzentos postos de trabalho em risco devido ao projectado encerramento da sede em Lisboa, manifestavam-se junto à mesma sede no dia 30 e entregavam à administração um parecer segundo o qual aquele encerramento provocaria ainda mais despedimentos do que os duzentos inicialmente previstos. A CT da empresa faz um apelo à continuação da luta pelos salários e pela recuperação da empresa, mantendo os postos de trabalho.

Função Pública (protesto sindical pela demora nas negociações de novos salários, nomeadamente), professores, vidreiros construção civil (só no Algarve estavam previstos

7500 despedimentos no princípio de Dezembro findo, revela a União dos Sindicatos de Faro), jornalistas (contra a projectada lei de Imprensa; movimentações na ANOP, EPNC e «Primeiro de Janeiro») e bancários («conluio com o Governo para a abertura da banca privada» — acusada a actual direcção do SBI pelos membros do Conselho Geral eleitos em listas unitárias) são, sumariamente, alguns dos sectores onde os protestos, as propostas e as lutas enfileiraram na recusa de um Governo, que continua a virar a sua política desastrosa contra direitos e garantias elementares de quem trabalha e tenta criar condições para continuar a trabalhar no interesse do País.

**Salários mínimos**

**AQUÉM DA SUBSISTÊNCIA**

Com um aumento de 20 por cento relativamente a Janeiro do ano passado foram fixados na última sexta-feira os valores dos salários mínimos nacionais. Quando na mais risonha das hipóteses a subida geral dos preços se situa, entre os dois últimos Novembros, em muito perto dos 30 por cento, excluindo a habitação, o Conselho de Ministro recua para os 20 e estabelece em 10 mil escudos mensais o salário mínimo para o serviço doméstico, 13 mil para a agricultura, silvicultura e pescas, e 15 600 escudos para as restantes actividades, no ano corrente.

Lembre-se que, depois de terem vigorado durante os últimos doze meses, enquanto as revisões salariais atingiam em média níveis superiores aos 20 por cento de agora nas convenções colectivas que entretanto foram publicadas, aqueles mínimos de 1983 (8 300, 10 900 e 13 000 escudos, respectivamente) mantêm-se hoje, depois de revistos, muito mais como valores simbólicos do que como reflexo daquilo que uma pessoa necessita, no mínimo, para trabalhar e continuar a viver.

Recorde-se ainda que, como em anos anteriores, a CGTP-IN reivindicou, para entrarem em vigor no princípio de Julho, os mínimos de 9 600, 12 600 e 15 000 escudos — reivindicação aprovada no IV Congresso em Março e depois quantificada nos 22 pontos que este Governo se recusou a negociar com a Central.

No capítulo da defesa do poder de compra, com a qual estes aumentos do Governo nada têm a ver desde que não seja para o atacar, o IV Congresso da CGTP-IN, realizado vai para dez meses, reivindicava a indexação dos salários mínimos nacionais, segundo o índice de preços no consumidor com actualização semestral.

É oportuno lembrar que essa indexação não foi feita, que a actualização semestral nem sequer mereceu um comentário do Governo e que os aumentos de salários e outras remunerações, conseguidos em 1983, não resultaram de processos pacíficos. Tiveram na base ou negociações difíceis e prolongadas, ou a adopção de formas de luta que, em muitos casos, conduziram à greve.

Numa situação social caracterizada por carências muito graves, sendo ponto central por resolver a questão dos salários em atraso, a par do crescimento do desemprego e da escalada contra as liberdades sindicais, é de prever que os 20 por cento de aumento nos salários mínimos nacionais não tragam apenas a sua marca simbólica de não chegarem para enfrentar e muito menos para repor seja o que for em termos de poder de compra.

Talvez esses 20 por cento dos mínimos tragam também consigo a marca simbólica do máximo que este Governo, a subsistir, tentará impor como limite nas convenções a rever.

Se o Governo pretende com estes 20 por cento iludir reivindicações, que vão seguramen-

te aproximar-se o mais possível das taxas de inflação anunciadas pelo próprio Governo para 1984, e que estão, como se sabe, muito aquém, da escalada real dos preços e muito além dos valores nominais dos salários, se o Governo pretende erguer pela calada um «tecto salarial», vai seguramente enganar-se. Não terá pela frente qualquer passividade.

As disposições de luta reafirmadas pelos trabalhadores, designadamente no que respeita às centenas de milhares que têm apoiado as suas organizações sindicais no protesto e na luta pelo direito à negociação colectiva na Função Pública, já reafirmaram pela sua acção que os mínimos da «austeridade» podem ser ultrapassados, que a luta por salários justos vai prosseguir.

**Exigida a revogação de portarias que negam direitos sindicais**

**● Intervenções da CGTP-IN junto da pasta do Trabalho e da OIT**

Uma recente deliberação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre reclamação contra o Governo, apresentada pelos sindicatos da indústria de panificação e dos CTT relativamente aos processos de contratação colectiva para os respectivos sectores, condenava claramente (como acontecera antes para os têxteis e vestuário), o procedimento adoptado pelo Governo que, ao emitir — lembra a CGTP — «portarias de extensão de textos subscritos por organizações divisionistas», insiste em ignorar «a importância de não atentar contra o direito de negociação voluntária numa organização representativa», como se lê na deliberação da OIT. A

Acerca deste último projecto (em discussão pública) a Inter salienta que o mesmo «não garante que o contrato se realize unicamente para dolo do jo-

vem de qualificação profissional», nomeadamente porque omite «a retribuição como elemento essencial».

O sistema contido no projec-

to (PDL) ao fixar o limite de idade em 25 anos, ultrapassando largamente o limite legal da menoridade, «pode ser utilizado — adverte a Inter — para obter os serviços de mão-de-obra adulta com encargos mais baixos», estimulando «o recurso à mão-de-obra produtiva a preços muito inferiores aos do mercado do trabalho e, em certas situações, à mão-de-obra gratuita».

Por outro lado, o PDL não reconhece expressamente os direitos sindicais, nem a acção colectiva dos aprendizes, nem quaisquer direitos no campo da Segurança Social. Segundo o PDL, os aprendizes ficariam dependentes de «um subsídio a ser financiado integralmente pelo Estado» durante o primeiro ano de aprendizagem. O projecto, que a Inter considera desenquadrado de «qualquer política coerente de emprego», de ensino ou escolaridade, não oferece quaisquer outras garantias que não sejam um contrato — sujeito a fraude, que não prevê — e um «subsídio», sem a mínima ligação ou complementaridade relativamente a um «plano de formação profissional» ou a um «projecto de formação» no mesmo campo, entretanto anunciado pelo Governo. Governo que não garante, quanto ao PDL em apreço, «direitos consistentes de intervenção democrática, participação e exercício de qualquer controlo pelas organizações representativas dos trabalhadores nas matérias sobre as quais incide», conclui o estudo da CGTP.

Quem representa quem? Na sua resposta ao Comité de Liberdade Sindical, que funciona junto da OIT, o Governo Central, protestando por o Governo não cumprir as deliberações daquela Organização Internacional, «exige a revogação das portarias de extensão que violam direitos sindicais». Em outra nota à Imprensa, ainda sobre a OIT e o Governo, a CGTP reclama, segundo parecer enviado ao Ministério do Trabalho, que a Convenção da OIT sobre igualdade no trabalho seja ratificada pelo Governo e aplicada no nosso país. Sobre o regime de aprendizagem, a Central enviou também aquele Ministério um estudo do respectivo projecto-lei, acusando-o de abrir as portas à «exploração da mão-de-obra juvenil».

Mas o Governo «não deve, nem pode», sublinha por outro lado a CGTP, «limitar-se a alterar para o futuro a sua orientação», só para se «furtar à censura do Comité de Liberdade Sindical». Não pode «manter de pé, sem reparação, as ilegalidades anteriormente cometidas com graves prejuízos para os trabalhadores».

Foi por tudo isto que «a CGTP-IN, a Federação dos Têxteis e a Federação das Indústrias Alimentares (organizações intermédias da Central) decidiram «exigir a reparação das graves ilegalidades cometidas, que foram objecto de condenação pela OIT».

PS/PSD, respondendo à queixa dos sindicatos (têxteis, panificação e comunicações) afirma que alterou a sua prática quanto às portarias de extensão, «desde que foi conhecida a primeira deliberação da OIT». A CGTP, que chama a atenção para essa resposta, sublinha que aquela prática do Governo «atenta contra o direito de contratação colectiva» e nada concretizou quanto à correcção das «ilegalidades cometidas no caso dos têxteis, do vestuário e da indústria de panificação».

No que respeita aos CTT, confirma a Inter que «o problema foi este ano resolvido na revisão da convenção (colectiva) e no seguimento das formas de luta adoptadas».

Mas o Governo «não deve, nem pode», sublinha por outro lado a CGTP, «limitar-se a alterar para o futuro a sua orientação», só para se «furtar à censura do Comité de Liberdade Sindical». Não pode «manter de pé, sem reparação, as ilegalidades anteriormente cometidas com graves prejuízos para os trabalhadores».

E a Central conclui: «Embora a subjectividade da Convenção não suscite problemas quanto à sua aplicabilidade, a CGTP-IN destaca para já a discussão que se anuncia para breve na Assembleia da República do PDL (projecto de decreto-lei) de defesa da maternidade». Entende a Central que «o diploma a aprovar deveria ter em conta esta questão, no sentido de abarcar situações que dela relevam, nomeadamente quanto aos limites legais da definição dos conceitos de «filhos a cargo», ou «membros de família directa».

**Igualdade de salários**

«Medidas concretas em diversos domínios» são reclamadas pela CGTP no que respeita à Convenção 165 da OIT, segundo a qual deve vigorar «a igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores de ambos os sexos». A Central, que reivindica a ratificação e a aplicação daquele documento em Portugal, enviou um parecer ao Ministério do Trabalho. Nele se afirma que o assunto «não oferece quaisquer obstáculos», correspondendo a «uma posição há muito reivindicada pela CGTP-IN» no sentido de «garantir a igualdade de oportunidades e direitos no trabalho para todos os trabalhadores portugueses, independentemente do seu sexo».

Quanto às medidas concretas a tomar para que os princípios constitucionais da igualdade dos cidadãos sejam efectivamente aplicados neste campo, a Inter refere naquele parecer enviado ao Ministério do Trabalho a indispensável adopção de medidas de alcance concreto nos domínios da «formação e orientação profissionais, emprego, forma de garantir o direito à livre escolha, condições de trabalho, segurança social, serviços de apoio à família (infantários, por exemplo), informação e educação do público em geral no sentido da compreensão destes problemas e do estabelecimento de uma repartição equitativa das responsabilidades familiares».

E a Central conclui: «Embora a subjectividade da Convenção não suscite problemas quanto à sua aplicabilidade, a CGTP-IN destaca para já a discussão que se anuncia para breve na Assembleia da República do PDL (projecto de decreto-lei) de defesa da maternidade». Entende a Central que «o diploma a aprovar deveria ter em conta esta questão, no sentido de abarcar situações que dela relevam, nomeadamente quanto aos limites legais da definição dos conceitos de «filhos a cargo», ou «membros de família directa».

**UM 18 DE JANEIRO EM LUTA**  
**Pelas liberdades sindicais**  
**● Comemorações iniciam-se dia 9 na Marinha Grande**

Divulgado no dia 1 pela CGTP-IN o programa das comemorações do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande adoptou o lema da «luta pelas liberdades sindicais». Os 50 anos decorridos sobre o levantamento insurreccional contra a fascização dos sindicatos serão comemorados «um pouco por todo o País». Lisboa, Leiria, Porto e Setúbal eram entretanto referidas pela Inter, em nota à Imprensa daquele dia, como as cidades onde vão decorrer «sessões solenes evocativas do 18 de Janeiro», com natural relevo para a vila vidreira da Marinha Grande onde as iniciativas começam no próximo dia 9. Um monumento ao vidreiro, uma manifestação com comício e um espectáculo de encerramento culminam naquela vila as comemorações do 18 de Janeiro que, escolhendo

como lema a luta pelas liberdades sindicais, «assumem-se este ano como iniciativa central da CGTP-IN». Do programa para a Marinha Grande destacam-se, segundo a Central, «uma exposição do pintor Rogério Ribeiro sobre 1383, e outra de artistas da região da Marinha sobre o 18 de Janeiro». Nas sessões solenes evocativas, nas acções de divulgação, plenários e visitas de dirigentes sindicais e da CGTP-IN a empresas de vários distritos será dado relevo ao «significado histórico e actual do 18 de Janeiro». As iniciativas do programa serão de ordem sindical, cultural e desportiva. Sumariamente, segundo a nota da Inter do dia 1, haverá na Marinha Grande: dia 9, colóquio sobre o movimento operário; de 9 a 18, exposição de Rogério Ribeiro sobre 1383 e

exposição de artistas da região, alusiva ao 18 de Janeiro; de 11 a 16, torneio de futebol de salão; dia 14, espectáculo cultural; dia 15, prova de atletismo intitulada «os 18 quilómetros do 18 de Janeiro», prova de ciclismo, tarde infantil; dia 17, à noite, apresentação da peça «1383» pelo Grupo de teatro de Campolide; dia 18, romagem ao cemitério, inauguração do monumento

ao vidreiro por um participante no 18 de Janeiro, com a presença da CGTP-IN, do Sindicato da Indústria Vidreira, Câmara Municipal e Associação 25 de Abril, acção de rua com comício às 15 horas, espectáculo de encerramento das comemorações com uma reconstituição histórica e ligação à situação actual (início às 17 horas).



A exposição de Rogério Ribeiro abre no dia 9

## Internacional

# FAPLA alcançam vitórias contra agressão sul-africana

## Os interesses em jogo

No último dia de 83, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, dirigiu-se ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, pedindo a convocação urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Das razões deste pedido, os factos falam por si. E os factos são uma perigosa escalada na agressão contra território angolano por parte da África do Sul.

Factos que, entretanto, reflectem diferentes problemas que se interligam. Não por acaso o presidente da República Popular de Angola sublinhou, simultaneamente, o agravamento da situação militar no Sul do país e, como tal, a necessidade de medidas que lhe ponham cobro, e a necessidade de evitar que a guerra «tome proporções de consequências imprevisíveis, que ponham em perigo a paz e a segurança na região».

### Que se passa na África Austral?

Ainda recentemente a rádio oficial sul-africana afirmava que a África do Sul «tem, segundo o artigo 51 da Carta das Nações Unidas, o direito de autodefesa contra ataques armados». É difícil encontrar afirmação mais cínica e ao arrepio das realidades. No entanto, com nuances embora, é esta a ideia que se pretende impor a nível de opinião pública internacional, como cobertura da política criminoso desenvolvida por Pretória.

Com toda esta clareza se defende o direito de Pretória a agredir Angola, sob pretexto de apoio à SWAPO, legítima representante do povo da Namíbia (como é internacionalmente

reconhecida). Muito embora desde 1968 as Nações Unidas tenham considerado ilegal a

ocupação da Namíbia — o que já de si retira toda a razão aos agressores. A que há que acrescentar que, de facto, os ataques são dirigidos contra a população civil de Angola, contra as suas Forças Armadas, concretizando-se mesmo na ocupação de uma parcela do seu território, pelo visto pura e simplesmente considerado

como base de apoio da SWAPO.

Este mesmo «direito» é no fundo defendido com clareza bastante pelos EUA, ao insistirem na política de «linkage» que, no mínimo, coloca no mesmo plano as tropas invasoras sul-africanas e os soldados cubanos, cuja presença no país — a pedido do governo angolano — se deve exactamente à agressão, como realidade quotidiana quase constante, desde a independência.

Em qualquer dos casos está em causa, por um lado o legítimo direito dos povos a determinar e construir o seu futuro. De outro o «direito» que o imperialismo se arroga, de moldar o mundo segundo os seus interesses económicos e políticos. Isto é verdade para a Namíbia, é verdade para Angola, é verdade para toda a África Austral (Angola é a vítima principal das agressões da África do Sul, mas não a única).

Como se afirma num comunicado, já deste ano, do ministério angolano da Defesa: «A presença ilegal, no território angolano, de importantes meios bélicos e humanos, nomeadamente nove batalhões, duas companhias e três grupos do Exército regular regista nas áreas de Cahama, Mulondo, Cuvelai, Kassinga para além da aviação, tem outros objectivos que os propalados diariamente por Pretória. A verdade é que a guerra não declarada que nos é imposta visa não só dificultar a consolidação do processo revolucionário

em curso, mas também impedir a conquista da independência completa pelo povo angolano, pois o seu exemplo contaminaria outros Estados da região, o que poderia complicar a realização do plano do capitalismo internacional, de Pretória e dos seus laços em recuperar o que perderam com a proclamação da República Popular de Angola a 11 de Novembro de 1975».

Neste contexto, a negociação, as «novas» propostas surgem, por parte de Pretória, não como um instrumento de entendimento, mas como um instrumento de chantagem. Inva-de-se, mata-se, destrói-se, criam-se dificuldades económicas imensas, recorre-se a todas as armas, para ditar aos povos da zona — particularmente rica — a vontade do imperialismo, para impor a concretização dos seus interesses. É isso que está em causa na África Austral, como um pouco por todo o mundo, o mundo dos «interesses vitais» do grande capital internacional.

### As consequências para Angola

Dia 14 de Dezembro a África do Sul relançou uma sucessão de ataques armados contra Angola, que culminou com a ocupação da vila Cassinga, na província de Huila. Esta nova ofensiva das tropas sul-africanas coincide com um ponto alto na batalha das FAPLA contra os bandos armados da UNITA e ainda com a divulgação de pretensas novas propostas de Pretória quanto à Namíbia. Coincidências que naturalmente não são ocasionais.

Os novos ataques inserem-se numa quase ininterrupta prática de agressão, de que as — duríssimas — consequências para Angola reflectem um dos seus objectivos mais importantes: a destruição do processo revolucionário angolano.

Em termos económicos — e portanto em termos de condições de vida do povo angolano — que representa esta guerra para Angola?

São grandes as dificuldades que Angola tem vindo a viver ao longo dos 8 anos de independência, dificuldades que atingiram o seu ponto culminante em 1981, quando da ocupação pela África do Sul de uma parte da província do Cunene.

Face a esta situação, o MPLA-PT e o governo angolano decidem iniciar, em 1983, a execução de um plano global de emergência, visando o saneamento da situação económico-financeira e a estabilização político-militar.

Quando da tomada desta decisão, Angola dependia, em cerca de 60 por cento, do comércio externo.

Como afirmou José Eduardo dos Santos em 11 de Novembro de 82, esta difícil situação «resulta também de factores de ordem conjuntural, que caracterizam a grave situação económica mundial e (...) do baixo nível organizativo e de controlo, da má gestão e administração de alguns sectores e empresas, do insuficiente combate à corrupção, a especulação e a delapidação dos bens públicos».

Resulta, também. E basta citar um exemplo para compreendermos o sentido das palavras do presidente angolano:



Massacre na povoação de Canhala pelos bandos da UNITA. É uma imagem de 1976. Que se viria a repetir muitas e muitas vezes

embora a produção de petróleo tenha atingido nos últimos anos níveis satisfatórios — uma média anual de 47 milhões de barris — as receitas provenientes da sua exportação diminuíram. A causa está na baixa de 4 dólares/barril no mercado internacional.

Mas a causa de fundo dos problemas socioeconómicos de Angola é a guerra.

Guerra que absorve 50% do orçamento nacional, causa elevados prejuízos materiais, calculados em mais de 10 biliões de dólares, desvia os quadros nacionais da produção para a defesa (enquanto se gasta, com a força de trabalho estran-

geira, cerca de 150 milhões de dólares por ano). Guerra que impede o desenvolvimento agrícola, despovoando os campos das famílias camponesas alvo dos racistas. Que fere e mata quotidianamente. Que impede a estabilização da vida nacional, o seu normal desenvolvimento.

Este o preço que Angola paga por livremente ter optado por um caminho que desagrada ao capital internacional. Por solidariamente apoiar o povo em luta da Namíbia. Pela sua capacidade de vir a constituir um exemplo vivo, numa das zonas mais ricas da terra, dos benefícios de uma evolução apontando para o socialismo.

## NICARÁGUA

## Washington prossegue ataques e pressões

O ano que começa é para o povo da Nicarágua da maior importância. Em 31 do corrente mês inicia-se o processo eleitoral que culminará com as eleições gerais de 1985. Não obstante a grave situação que se vive no país, onde diariamente o regime sandinista tem de enfrentar os criminosos ataques que lhe são movidos pelos ex-guardas somozistas apoiados e financiados pela administração Reagan, os responsáveis máximos da Revolução Popular Sandinista empenham-se em fazer cumprir os compromissos assumidos assegurando a democracia interna e pluralista.

É neste contexto que se insere a recente aprovação da Lei dos direitos dos cidadãos e dos Partidos Políticos, através das quais o Governo Revolucionário da Nicarágua procura criar as condições que permitam a maior participação possível de nicaraguenses no processo eleitoral.

Desmascarando pela acção prática todas as calúnias e pretextos que têm servido a Washington para «justificar» perante a opinião pública internacional as ingerências e ataques à Revolução Sandinista, a nova legislação constitui na verdade, entre outros aspectos, uma oportunidade a todos os nicaraguenses que, manipulados pelo imperialismo, tenham tomado no passado posições hostis ao processo sandinista e estejam hoje dispostos a arripir caminho.

Assim, a lei estipula no seu artigo I que os nicaraguenses que tenham abandonado a Nicarágua em qualquer data posterior a 19 de Julho de 1979, incluindo os que se envolveram em actividades ilegais contra a ordem pública, mesmo de natureza armada, passam a dispor de todas as garantias para poder regressar ao país e incorporar-se na vida quotidiana e no processo eleitoral, com pleno direito para eleger e ser eleitos.

Para o cumprimento desta disposição as autoridades sandinistas instruíram os Consulados da Nicarágua nos Estados Unidos, Honduras e Costa Rica (principais centros das campanhas de agressão anti-sandinista) de molde a poderem conceder os respectivos salvo-condutos aos nacionais que desejem beneficiar desta autêntica amnistia, o mesmo sucedendo em todos os postos fronteiriços da Nicarágua.

Mas os nicaraguenses que decidam depor as armas e regressar ao país podem, se o desejarem, assumir-se como cidadãos de pleno direito e integrar-se nos programas de entregas de terras da Reforma Agrária. A nova Lei contempla inclusive os proprietários agrícolas que tenham abandonado

as suas terras e estas tenham sido ocupadas, fixando que as mesmas lhes serão devolvidas ou por elas receberão indemnizações.

De acordo com os preceitos legais em vigor foi fixada a data de 21 de Fevereiro próximo para a regularização de todas as situações compreendidas no âmbito destas medidas.

Medidas que só não se aplicam aos oficiais da extinta Guarda Nacional de Somoza, que atuam como dirigentes contra-revolucionários; aos membros das forças de repressão do antigo regime que não se tenham submetido aos tribunais; aos condenados em processos contra a ordem e a segurança pública que entretanto não sejam indultados; aos que na sua qualidade de dirigentes contra-revolucionários tenham apelado para a intervenção externa na Nicarágua e recebido do estrangeiro fundos para a sua actividade. As excepções incluem ainda os chefes ou cabeças reaccionários que tenham dirigido ou planeado ataques terroristas contra a população da Nicarágua ou dos recursos económicos do país.

Para que tais medidas sejam levadas à prática e para que se conclua a discussão e aprovação da Lei Eleitoral e demais Leis e Regulamentos que formam a base jurídica do processo eleitoral nicaraguense, o governo de reconstrução nacional da Nicarágua decidiu que o Conselho de Estado passe a realizar sessões extraordinárias, já ontem iniciadas, funcionando ininterruptamente.

A data das eleições gerais do próximo ano deverá ser anunciada em 21 de Fevereiro deste ano.

Também a Lei dos Partidos Políticos, considerados como Instituições de Direito Público, dá prova do empenhamento sandinista na consolidação da democracia interna e do pluralismo. Os únicos agrupamentos políticos proibidos são os que defendam o regresso ao somozismo ou a um sistema semelhante, claramente repudiado por todo o povo da Nicarágua.

A administração Reagan, sempre tão pronta a pronunciar-se pelo «regresso à democracia» quando se trata dos regimes ditatoriais seus aliados (recorde-se o caso da Turquia do general Evren ou de El Salvador cujas mascaradas eleitorais foram vivamente saudadas por Reagan), permanece significativamente silenciosa quanto

às medidas tomadas na Nicarágua.

No fundo, nem é para admirar. A coragem revolucionária do regime sandinista deixa Washington sem os seus próprios argumentos. E Granada não é um exemplo que se possa repetir todos os dias, por muito que isso custe ao imperialismo.



O governo sandinista cria condições para a mais ampla participação popular nas eleições gerais de 1985

## Golpe de Estado na Nigéria

O golpe de Estado na Nigéria, que no passado sábado levou de novo os militares ao Poder no mais populoso país africano, continua ainda a suscitar as mais variadas interrogações quanto aos objectivos económicos, políticos e sociais que lhe deram origem.

De acordo com as declarações públicas do general Mohammed Buhari, que surge como principal dirigente do golpe militar, a grave crise económica e a corrupção a nível do aparelho de Estado foram as razões que levaram os militares a depor o presidente Shegu Shagari, a dissolver o governo e a suspender a Constituição e os partidos políticos do país.

Na verdade, o florescimento da economia nigeriana registado a partir de 1975 com a exploração de petróleo foi seriamente abalado com a crise petrolífera que desde 1981 afectou praticamente todos os países produtores do «ouro negro». Mais de 90 por cento das receitas externas da Nigéria dependem do petróleo, de que é o sétimo produtor mundial.

Se no apogeu do seu desenvolvimento económico a Nigéria começou a ser palco da corrupção dos órgãos de poder, como os militares acusam, com a agudização da crise nos princípios desta década o país começou a sofrer com o desemprego, a inflação e a ameaça de miséria para camadas cada vez mais vastas da população.

Recorde-se a drástica decisão do governo agora deposto em finais de 1982, quando expulsou do país cerca de dois milhões de emigrantes, numa tentativa desesperada para reduzir o desemprego; e as não menos drásticas medidas de austeridade que se preparava para levar a cabo, apresentadas no Parlamento dois dias antes do golpe, de modo a criar as condições exigidas

## EL SALVADOR

## Importantes vitórias da Farabundo Marti

Os guerrilheiros da Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (FMLN) terminaram o ano em El Salvador com uma das mais impressionantes manifestações de força até agora registadas no país: a ocupação do quartel da 4.ª Brigada de Infantaria de Chalatenango e a destruição da segunda ponte mais importante do país.

Em vésperas de mais uma mascarada eleitoral em Salvador, de que as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos continuam ausentes, bem como as forças representativas da esmagadora maioria da população salvadoreña, a FMLN demonstrou com a sua acção que nenhuma solução é possível no país sem a sua participação plena, quer isso agrade ou não aos amigos americanos do presidente Alvaro Magaña.

A tomada do quartel de Chalatenango durante várias horas, ao mesmo tempo que se registavam ataques simultâneos a mais 25 postos militares na mesma província, saldou-se em mais de 200 baixas entre mortos e feridos entre as forças governamentais e na captura de idêntico número de prisioneiros, entre os quais assessores militares norte-americanos.

A envargadura deste ataque da FMLN está a provocar sérios embaraços à administra-

ção Reagan, já que a sede da 4.ª Brigada, conhecida como «El Paraíso», foi projectada pelos conselheiros militares dos Estados Unidos em El Salvador e era considerada não apenas como um dos quartéis mais importantes do país mas também como uma «praça-forte» quase impossível de conquistar.

Acresce ainda que «El Paraíso» se situa a escassos 60 km da capital salvadoreña, servindo de sede às tropas de elite da ditadura treinadas nos Estados Unidos.

Numa tentativa desesperada para explicar a estrondosa derrota das suas tropas, o governo de Magaña alegou que dos 2500 soldados normalmente aquartelados em «El Paraíso» (1) se encontravam no local no momento do ataque cerca de 1400... A explicação não responde a questões tão elementares como a manifesta incapacidade de resposta a um assalto que demorou várias ho-

ras, não obstante os jornalistas nacionais e estrangeiros presentes em El Salvador afirmarem que os sinais do acontecimento eram visíveis a muitos quilómetros de distância do quartel.

O aumento da capacidade de intervenção dos guerrilheiros salvadoreños, uma vez mais posta assim em evidência, está a tornar-se num verdadeiro engulho para os norte-americanos que apesar de todos os seus esforços não conseguem que as forças da ditadura correspondam ao que delas se espera, designadamente às tentativas de dar uma imagem do país razoavelmente normal, indispensável para levar a cabo a farsa eleitoral e aparentar um mínimo de credibilidade e representatividade das forças no poder.

Um objectivo cada vez mais difícil numas forças armadas onde a corrupção e a desmobilização aiastram como uma chaga.

### Desertores em todos os quadrantes

A profunda crise interna que se regista no exército salvadoreño é já reconhecida tanto pelos norte-americanos como pelas próprias autoridades do país. Nas últimas semanas, de acordo com declarações de uma fonte militar que por razões óbvias pediu o anonimato, 71 membros da brigada Atlacatl (um corpo de elite formado para acções terroristas) desertaram.

Segundo a mesma informação, o mal-estar afecta inclusive oficiais dos diferentes ramos das forças armadas, que ora se negam a combater ora participam ficando em posições na retaguarda, o que provoca protestos e insubordinações no seio dos soldados.

Os próprios assessores norte-americanos se queixam de oficiais por estes se recusarem a combater, acusando-os de já não se interessarem pelos objectivos da guerra procurando antes resolver da melhor forma a sua situação pessoal.

Aqueles assessores reconhecem também a existência de uma forte corrupção no seio dos comandos militares e dos chefes da defesa civil, em que se inclui entre outras coisas o aceitar de avultadas somas de dinheiro para levar da tropa os filhos das famílias ricas! Nestas condições, dizem os assessores americanos, os investimentos dos Estados Unidos em El Salvador não servem para nada.

A degradação no seio das forças armadas salvadoreñas, onde a guerra carece de objectivo e justificação moral, levou entretanto à criação de um serviço de contra-espionagem naquelas forças, chamado «As Formigas», que tem como objectivo estudar o comportamento dos oficiais e da tropa face à FMLN.

De acordo com informações várias, o Alto Comando Militar salvadoreño tem fortes suspeitas de que alguns oficiais colaboram com os guerrilheiros, o que constitui outro factor do agravamento do clima de desconfiança existente no exército.

Muitas destas situações são de resto confirmadas pelos prisioneiros feitos pela FMLN que não desejam ser devolvidos às suas unidades militares, bem como pelas informações da Farabundo Marti que dão conta de um número crescente de soldados que aproveitam a primeira oportunidade para se render às forças guerrilheiras.

O crescente recurso pela ditadura salvadoreña ao recrutamento compulsivo de camponeses, operários e outros sectores pobres da população para combater os guerrilheiros, que são no essencial os mesmos sectores que formam as fileiras dos que combatem o regime, gera por si as contradições inevitáveis num confronto que se pretende fratricida. Os estudos, as análises, as explicações que os fascistas salvadoreños e os seus conselheiros norte-americanos procuram para a derrocada dos seus planos pecam pela ausência de dados fundamentais: o assassinato de 6096 pessoas entre 1 de Janeiro e 15 de Dezembro de 1983, no essencial por grupos paramilitares; os 111 mortos só na última semana de Dezembro, devido a combates e bombardeamentos da aviação, na maioria sobre a população civil.

Mortos que são talvez familiares, amigos, e de certeza gente da mesma condição dos soldados compulsivamente atirados para a guerra para servir interesses que não são os seus. A compreensão desta realidade começa a ser decisiva; aliada à acção patriótica das forças da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional não tardará muito a dar o golpe de misericórdia no fascismo salvadoreño que só o apoio do imperialismo norte-americano mantém ainda no poder.